

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

DISSERTAÇÃO

**COMPORTAMENTO ECOLÓGICO DE TURISTAS E COMUNIDADE
AUTÓCTONE: O CASO DO SALTO SÃO FRANCISCO-PR**

RICARDO LUIS BARBY

**IRATI - PR
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

**COMPORTAMENTO ECOLÓGICO DE TURISTAS E COMUNIDADE
AUTÓCTONE: O CASO DO SALTO SÃO FRANCISCO-PR**

RICARDO LUIS BARBY

Sob a orientação do Professor
Dr. Claudio Shigueki Suzuki

Dissertação submetida à qualificação como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

**IRATI - PR
2015**

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

BARBY, Ricardo Luis.

B241c Comportamento ecológico de turistas e comunidade autóctone: o caso do Salto São Francisco-PR / Ricardo Luis Barby. – Irati, PR: [s.n],2015.
86 f.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Shigueki Suzuki

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de Concentração Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro Oeste, Paraná.

1. Turismo – dissertação. 2. Ecologia. 3 Unidades de Conservação.
4. Meio ambiente. Suzuki, Claudio. II. Unicentro. III. Título.

CDD 20 ed. 338.4791

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Título: Comportamento Ecológico de Turistas e Comunidade Autóctone: o caso do Salto São Francisco-PR

Autor: Ricardo Luis Barby

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

CONCEITO FINAL: _____

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Shigueki Suzuki (orientador)

Prof. Dr. Michel Milistetd (UTFR)

Prof. Dr. Plinio Marco de Toni (UNICENTRO)

DEDICATÓRIA

... A minha família e todos que me ajudam nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Instituição Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) pela oportunidade de realização do curso de Mestrado.

Ao meu pai Derci Carlito Barby, minha mãe Marinei Terezinha Barby e meu irmão Fábio Rodrigo Barby.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cláudio Shigueki Suzuki.

A todos os professores do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado Interdisciplinar.

Aos meus amigos e familiares.

Tudo isso deve contribuir para a formação de uma consciência humanística e ética de pertencer à espécie humana, que só pode ser completa com a consciência do caráter matricial da Terra para a vida, e da vida para a humanidade (MORIN, 2003, p. 39).

RESUMO

Estudos focados na relação ser humano e o meio ambiente recebem, cada vez mais, dedicação entre estudiosos de diversas áreas do conhecimento caracterizando uma perspectiva interdisciplinar. Da mesma forma, na observação dos fenômenos comportamentais do ser humano em Unidades de Conservação, no caso, que envolva a atividade turística, estes devem levar em consideração perspectivas tanto do turista como das comunidades autóctones existentes. Na contemporaneidade é observada uma quebra de paradigmas no tocante a qualidade ambiental e percepção social ao tema. Este trabalho utiliza a Escala do Comportamento Ecológico para mensurar a conduta de turistas e comunidade autóctone do Salto São Francisco na Serra da Esperança. Foram observados 20 participantes turistas e 20 respondentes moradores das comunidades num raio de até 20 km da sede do atrativo abarcando três municípios do Estado do Paraná. Destes 20 moradores quatro deles possuem ligação com o turismo na geração da renda familiar. Os resultados, obtidos por meio do *software* SPSS 18.0, e assertivas aplicadas em escala *Likert* de 5 pontos, apontaram para um comportamento pró-ecológico mais responsável dos turistas em relação ao da comunidade, e mais responsável pelos indivíduos que trabalham com o turismo do que os que não exercem atividades econômicas que envolvem a atividade turística. Nos fatores: economia de água e energia, limpeza e reciclagem os respondentes obtiveram valores médios que indicam ações responsabilidades quanto o observado. No quesito ativismo e consumo, nenhum dos grupos observados demonstrou ter tal característica.

Palavras chave: Comportamento Ecológico; Turismo; Comunidade; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

Studies focused on the relationship between human beings and the environment are given increasingly, dedication among scholars of different areas of knowledge featuring an interdisciplinary perspective. Likewise, observance of the behavioral phenomena of the human being in protected areas, in this case, involving tourism, they should take into account perspectives of both the tourist as the existing indigenous communities. In contemporary times it is observed break paradigms concerning environmental quality and social awareness to the issue. This work uses the Ecological Behavior Scale to measure the behavior of tourists and indigenous community of San Francisco Jumping on the Serra da Esperança. It was observed 20 participants tourists and 20 respondents community residents within a radius of 20 km from the attractive seat covering three counties of the State of Paraná. Of these 20 residents four of them have connection with tourism in generating family income. The results obtained through SPSS 18.0 software, and assertive applied Likert scale of 5 points, pointed to a pro-ecological behavior more responsible tourist in relation to the community, and more responsible for the individuals working with the tourism that those who do not perform economic activities involving tourism. The factors: energy and water savings, cleaning and recycling respondents had average values indicating responsibilities and the actions observed. On the issue of activism and consumption, none of the observed groups have demonstrated this characteristic.

Keywords: Ecological behavior; tourism; community; Protected Areas.

LISTA DE ABREVIATURAS

- APA** - Área de Proteção Ambiental
- APP** - Área de Proteção Permanente
- ECE** - Escala de Comportamento Ecológico
- OMT** - Organização Mundial do Turismo
- ONGs** - Organizações não governamentais
- TA** - Turismo Alternativo
- TBC** - Turismo de Base Comunitária
- SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- SPSS** - *Software Statistical Package for the Social Sciences*
- UC** - Unidade de Conservação

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

IMAGEM 1 – Salto São Francisco	50
IMAGEM 2 – Localização geográfica do Salto São Francisco	50
IMAGEM 3 – Tríplice Fronteira Intermunicipal do Parque São Francisco.....	51
IMAGEM 4 - Salto dos Cavalheiros	51
IMAGEM 5 - Comunidades observadas.....	54
IMAGEM 6 - Comunidade de Guairacá	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Valores humanos ecológicos referenciados pela carta da terra.....	28
QUADRO 2 – Paradigma social dominante e novo paradigma ecológico	33
QUADRO 3 – Síntese dos encontros diplomáticos para discutir sobre o meio ambiente	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Caracterização dos respondentes da pesquisa	60
TABELA 2 - Principal atividade econômica familiar relacionada ao turismo	61
TABELA 3 - Tempo de residência na comunidade autóctone	61
TABELA 4 - Número de moradores nas residências das comunidades	62
TABELA 5 - Fator economia de água e energia (Turistas e Comunidades).....	63
TABELA 6 - Fator ativismo e consumo (Turistas e Comunidades).....	65
TABELA 7 - Fator limpeza (Turistas e Comunidades).....	67
TABELA 8 - Fator reciclagem (Turistas e Comunidades).....	67
TABELA 9 - Fator economia de água e energia (Trabalho e Turismo).....	69
TABELA 10 - Fator ativismo e consumo (Trabalho e Turismo).....	71
TABELA 11 - Fator limpeza (Trabalho e Turismo).....	73
TABELA 12 - Fator reciclagem (Trabalho e Turismo)	74
TABELA 13 - Resultados das médias das assertivas com valores altos como determinantes do comportamento pró-ecológico	76
TABELA 14 - Resultados das médias das assertivas com valores baixos como determinantes do comportamento pró-ecológico	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PARADIGMAS COMUNITÁRIOS	22
2.1	VALORES ECOLÓGICOS COMUNITÁRIOS.....	25
2.2	COMPORTAMENTO ECOLÓGICO E PRÓ-ECOLOGIA.....	29
2.3	SURGIMENTO DAS PREOCUPAÇÕES COM A NATUREZA	31
2.4	ENCONTROS DIPLOMÁTICOS SOBRE MEIO AMBIENTE	35
3	TURISMO	38
3.1	TURISMO ALTERNATIVO	42
3.2	ECOTURISMO	44
3.3	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	45
3.4	TURISMO EM UNIDADES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO	48
4	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	50
4.1	COMUNIDADES EM ESTUDO	54
4.2	TURISTAS EM ESTUDO.....	55
5	METODOLOGIA	56
5.1	POPULAÇÃO EM ESTUDO.....	56
5.2	INSTRUMENTO.....	56
5.3	PROCEDIMENTOS.....	59
5.4	ANÁLISE DE DADOS	59
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
6.1	CONCLUSÃO	78
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
	APÊNDICE 1	84
	APÊNDICE 2	86

1 INTRODUÇÃO

Foi-se o tempo em que o ser humano pouco refletia sobre as questões ecológicas e vivia despreocupado com a vivência de demais seres vivos, gerando, assim, a destruição de seus habitats sem reflexão quanto ao comportamento habitual das populações humanas. No que refere às condutas pró-ecológicas com responsabilidade social e ambiental, a humanidade, atualmente, se depara com a obrigação de compreender a domesticação planetária de forma integrada das sociedades para resolução de problemas comuns. Não se trata de uma ideologia única, mas sim, de uma sensibilização mútua a respeito de uma causa tão fundamental, o comportamento responsável quanto ao uso dos recursos como: água, energia, produção e destinação do lixo e o ativismo social para com a causa.

A contemporânea compreensão do dever de cada indivíduo da importância do cuidado para com o espaço geográfico, em qualquer área habitável ou não do planeta, faz enaltecer a realidade que estamos todos juntos e vivendo numa única e grande comunidade global, com anseios similares entre seus sujeitos. Alguns destes espaços, quando não habitados pelo ser humano, que abrigam um variado bioma com características geomorfológicas exóticas são capazes de atrair visitantes. Neste aspecto, a atividade turística planejada é um fator preponderante para garantir a qualidade da visita de tais áreas e com tais atributos, tornando sua utilização ecologicamente e socialmente responsável, mitigando impactos indesejáveis ao meio ambiente.

Perante os transtornos ecológicos acarretados pelo crescimento populacional e da produção de bens de consumo baseados nos mecanismos econômicos da revolução industrial, é observada uma drástica diminuição das áreas verdes preservadas e conservadas. Caminhamos a passos largos para um período onde a qualidade ambiental não será garantida para as próximas gerações, o que demonstra a real necessidade de se pesquisar o comportamento pró-ecológico ou não dos consumidores do turismo e das comunidades anfitriãs. “A denominação comportamento ecológico é utilizada no sentido positivo, significando o mesmo que pró-ecológico, ou seja, um agir em favor do meio ambiente” (PATO & TAMAIO, 2006, p.290). Portanto, o comportamento ecológico refere ao comportamento demonstrado por meio das atitudes cotidianas das pessoas, tanto no meio ambiente rural quanto no meio urbano.

Comunidades que habitam as proximidades de áreas em que a natureza predomina tem relevante interesse na preservação destas áreas, uma vez que, elas podem se tornar atrativos turísticos capazes de serem impotentes ferramentas para a geração de renda às famílias inseridas nestes contextos.

Podemos distinguir dois tipos de comunidades a serem observadas na presente pesquisa, uma com benefícios diretos atribuídos pelo turismo como a qualidade das redes viárias e sua manutenção, sinalização, benefícios econômicos diretos como a venda de *suvenires*, alimentos, ou diferentes formas de prestação de serviços. E a outra comunidade, comumente numa estrada secundária do atrativo turístico, que aparentemente não recebe as benevolências do benefício econômico advindo do fluxo de visitas. Ambas devem unir esforços para que não ocorram impactos ambientais graves.

O comportamento de cada uma delas deve seguir um padrão harmônico, um tripé do tema sustentabilidade, desenvolvimento social, econômico e ambiental com garantias da qualidade ecológica futura. Da mesma forma, o turista, mesmo levando em consideração o pouco tempo de permanência no local, deve apresentar um comportamento adequado frente à fragilidade ecológica do local visitado. Assim, comunidades e turistas devem unir esforços para adequar suas condutas à vulnerabilidade do meio ambiente utilizado pela atividade turística.

Diferentes autores, de diversas áreas do conhecimento, têm unido esforços para afirmar o planeta como sendo um único ser vivo. Neste sentido, Frijof Capra (1982), ao tratar do não reconhecimento dos economistas para aspectos que relacionam os contextos ecológicos e sociais, afirma que o planeta é um único sistema vivo “composto de seres humanos em contínua interação e com seus recursos naturais, a maioria dos quais, por seu turno, constituída de organismos vivos” (CAPRA, 1982, p. 167). Conforme Edgar Morin “a relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma reducionista, nem de forma disjuntiva” (MORIN, 2003, p.34).

Neste novo contexto social paradigmático, as mudanças de atitudes dos cidadãos e a percepção das obrigações de colaboração de mudanças nos padrões de consumo tem se tornado uma realidade.

Conforme Pires (2002), o ambientalismo contemporâneo e o pensamento ecológico dão um suporte filosófico para a “influência na geração e difusão de um senso comum pela proteção e valorização dos ambientes naturais”

(PIRES, 2002, p.47). Mesmo que de forma singela, a quebra de antigos paradigmas ecológicos parece estabelecer uma afinidade com a conservação da natureza, uma relação de afeto com os ecossistemas. A temática da crise ecológica¹ desenfiada engloba uma série de fatores condicionantes e atenuantes que requerem uma sensibilização mútua. Concomitantemente, aspectos subjetivos da ação humana e suas responsabilidades, determinam as condutas dos indivíduos quanto à conservação da natureza.

A emergência mundial para defender a natureza deve ser corroborada por todos, uma vez que, os desgastes da natureza são tendenciosamente capazes de nos aproximar, cada vez mais, para um colapso capaz de inviabilizar a vida humana no planeta. Este fato, geralmente, num consenso comum, é ocasionado pelos grandes países poluidores industriais, pelos desmatamentos e queimadas, extrativismo, monocultura e o uso de agrotóxicos, entre outros. No entanto, também é fundamental considerar o crescente consumismo dos habitantes que incentivam a produção e a má distribuição de renda entre os povos.

As grandes alterações atmosféricas causadas pela civilização industrializada e sua constante emissão de poluentes, acarreta em alterações climáticas que afetam a vida na terra, no ar, nos rios e nos oceanos. O comportamento ecológico dos indivíduos no cotidiano assume grande responsabilidade social, as condutas conscientes, as responsabilidades socioambientais, os valores com relação ao bem comum, a natureza, remetem numa empatia coletiva. Uma culpabilidade quanto aos sérios efeitos da destruição dos ecossistemas.

Atualmente as populações têm demonstrado um fortalecimento das reflexões quanto aos problemas ecológicos indesejáveis decorrentes de suas atitudes presentes e passadas. Isto se deve ao surgimento de pesquisas que apontam transtornos ocorrentes, pela globalização e tecnologia que possibilita a disseminação de informação pelas redes de relacionamento, ou outras mídias, enfim, diversas formas de ações que fortalecem a temática ambiental. Esse florescer de perspectivas, antes inoculadas em pequenos grupos, parece incentivar a ocorrência de grandes eventos internacionais para discutir o tema, entre outras

¹ “a crise ecológica não é apenas resultante de crise do sistema econômico, mas também da crise de paradigmas, de uma cosmovisão, uma compreensão que temos de nossa relação com o cosmos, com a realidade, com a Terra. Orientados por essa cosmovisão nos aproximamos dela apenas na medida em que ela pode ser útil para nós” (GADOTTI, 2009, p. 10).

ações que tornaram possível a observação dos transtornos decorrentes da ação humana no planeta e as reações adversas que podem acarretar na vida das populações.

Os deslocamentos humanos sempre possibilitaram a união, aproximação, interação e trocas de saberes entre os povos pelo mundo. Desta forma, com o passar dos anos, conhecimentos ancestrais e contemporâneos são testados, percebidos, copiados, aprimorados e disseminados em todas as áreas do conhecimento pelo globo. O Turismo coopera para que estas trocas de saberes, informações e adaptações de um determinado modo de vida das populações ocorram. Inclusive, para que essas barganhas culturais ocorram acondicionadas pelas visitas que permitem um contato direto e pessoal com as vivências das comunidades autóctones, seu cotidiano, estilos de vida e tradições, relacionando com turistas e suas características próprias diferenciadas a cada grupo ou indivíduo.

Esta situação pode acarretar num desconforto entre turistas e comunidade e estimular um confronto de ideais e interesses, uma vez que o comportamento do visitante pode não satisfazer às ambições das comunidades autóctones, ou o comportamento das comunidades anfitriãs podem não satisfazer as expectativas dos turistas. Nesta relação observa-se um bem comum que agrega ambos, o ambiente em que estas interações acontecem.

Diversos autores tratam da relação turismo/natureza, Mendonça (2001), observa um afastamento na relação turismo e meio ambiente. O descaso do ser humano moderno procura uma relação à natureza pelos fatores: meio natural tanto físico quanto biológico e nas relações sociais e culturais entre indivíduos. Segundo Ruschmann (2000) o turismo tem o meio ambiente como base para desenvolver a economia de determinado local, apresenta oportunidades e limitações que ocasionem a preservação dessas áreas. Uma das grandes motivações dos turistas estrangeiros em visitar o Brasil é a grande variedade de nossa flora e fauna. Neste sentido, a autora aponta para prejuízos ambientais e culturais ocasionados pelo turismo impactantes sobre a própria atividade.

A adesão às atitudes de conservação deve ser tomada tanto por turistas quanto às comunidades anfitriãs, para garantir a qualidade do meio ambiente a ser visitado por um grupo de excursionistas e, da mesma forma, ser usufruído pela comunidade autóctone e garantir a qualidade de vida e as características naturais do meio onde habitam.

A analogia compulsória entre o comportamento dos indivíduos e as boas condições do meio ambiente, apreende a necessidade de estudos como este, que, procura analisar o comportamento de grupos de indivíduos que habitam ou visitam determinado local. Para análise do comportamento humano, no tocante de suas práticas do cotidiano, as atitudes individuais a respeito da economia de água e energia, do consumo consciente de produtos, do ativismo pró-ecológico e a limpeza e reciclagem que são os norteadores para a mensuração do comportamento ecológico.

Os comportamentos coerentes com os novos valores sustentáveis elencados pelos processos de desenvolvimento das populações comprometem a qualidade de um atrativo já estabelecido ou, num local com potencial para se tornar um atrativo turístico para posteridade. Ações pró-ecológicas de grupos ou de indivíduos que interagem podem criar uma rede de conhecimento e sensibilização em prol de uma causa comum. Turistas capazes de passar conhecimentos e hábitos para comunidade e, da mesma forma, anfitriões atribuindo conhecimentos para os visitantes. Turistas e comunidade tendo comportamento coerente com a fragilidade do ecossistema visitado, agindo de forma comprometida com a conservação e preservação do mesmo espaço podem perpetuar a qualidade do ambiente visitado. Para Swarbrooke (2000), entre os benefícios para o meio ambiente advindo da atividade turística estão: a compreensão quanto aos impactos nos ambientes naturais, na cultura e no ser humano; incorporação do planejamento turístico e seu zoneamento para adequação da capacidade de carga no ecossistema; e demonstração da importância da preservação dos recursos naturais e culturais.

Para manter-se um fluxo de visitantes e garantir a atividade econômica aferida ao turismo, há necessidade de equipamentos turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo, essenciais para garantir a segurança do ambiente, do visitante e das comunidades envolvidas. Com o planejamento adequado do turismo é possível mitigar problemas enfrentados pelas comunidades e incentivar ações pró-ecológicas. Indiscutivelmente, a atividade turística, em alguns casos, por necessitar de espaços verdes para se desenvolver, pode apresentar situações opostas. Tem a capacidade de ser tanto benéfico, em alguns casos, quanto maléfico para a sociedade receptora de visitantes em outros. Embora haja planejamento da atividade turística, é possível “não se prever como a sociedade vai reagir à presença

dos turistas, nem como os turistas vão reagir à sociedade que os hospeda” (BARRETO, 2003, p.21).

Observa-se um crescimento no número de turistas que procuram os espaços de natureza para visitarem, conseqüentemente, de destinos com equipamentos e serviços turísticos próprios. Turistas que, com o pretexto de relaxar, fugir da agitação do dia-a-dia dos centros urbanos, fez surgir um novo segmento do turismo, o turismo sustentável que, por sua vez, procura estabelecer um elo entre a íntima relação do ser humano com demais seres vivos do planeta e o meio ambiente, assim como, a troca de saberes entre diferentes indivíduos de diferentes comunidades.

A apropriação que o turismo se dá no espaço geográfico requer políticas públicas pautadas na atividade, desta forma, “à política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade” (CRUZ, 200, p.9). No caso de atrativos turísticos em meio a ambientes de natureza frágil, as condutas de turistas são de extrema importância para conservação do local, assim como, as Leis que determinam as diretrizes para a utilização destes espaços, neste caso, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Em locais onde o visitante não é acompanhado do guia de turismo local ou do guarda-parques capacitado para exercer tal função, o comportamento do visitante não é observado, podendo ocorrer alguma ação não permitida pela legislação imposta. Da mesma forma, embora haja órgãos responsáveis pela fiscalização a comunidade pode não assumir um comportamento condizente com o que está determinado por Lei.

A importância do modo de vida autóctone, no que diz respeito ao comportamento ecológico dessas comunidades receptoras, deve estar condizente com a realidade dos desgastes dos ecossistemas ocorrentes pelas ações humanas nos dias de hoje. Também, com as restrições impostas para utilização de determinados espaços geográficos considerados frágeis. A fragilidade de um atrativo que tem como atributo a natureza conservada a sua volta remete a responsabilidade de sua conservação, não apenas a comunidade receptora ou dos turistas, mas inclusive, por parte das Organizações não governamentais (ONGs), das Instituições privadas e públicas, enfim, requer uma integração a ser assumida como posição de empatia perante as questões ecológicas e sociais em prol da coletividade. Num meio

ambiente em que se tem a flora e a fauna conservadas, atributos capazes de subsidiar a atividade do turismo.

O modo de vida de uma população receptora de visitantes pode garantir a qualidade do meio ambiente e a atratividade do espaço para seduzir visitantes. No entanto, o comportamento do turista requer responsabilidades. Ao conservar os espaços propícios para o desenvolvimento do turismo, as áreas com ambientes considerados delicados serão garantidas para benefícios usufruto das próximas gerações.

A investigação comportamental de indivíduos com o meio ambiente foi que determinou a motivação e o delineamento do presente estudo. A crescente literatura científica que embarga no tema da sustentabilidade do turismo e no desenvolvimento comunitário, dinamiza a compreensão da realidade do planeta e a necessária revisão dos hábitos humanos. Temas pró-ambientais aplicados às comunidades inseridas no contexto rural e na atividade turística, permitiram uma estruturação de pesquisa que estabeleceu o comportamento ecológico de turistas e anfitriões.

No caso em estudo, onde se encontra o maior salto do sul do Brasil, o Salto São Francisco numa Unidade de Conservação (UC) da Serra da Esperança, a área é propícia para alguns segmentos do turismo que serão abordados como o Ecoturismo, o Turismo de Aventura, o Turismo Rural entre outros. De forma interdisciplinar, a presente pesquisa procura mensurar o comportamento ecológico de turistas e de comunidades localizadas próximo ao Salto São Francisco, na área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança, distribuídas em três municípios, Guarapuava, Turvo e Prudentópolis, todas localizadas na região centro do estado do Paraná.

Considerando que as atribuições quanto à conservação dos ambientes são determinadas pelas atitudes de turistas e das comunidades anfitriãs, qual o comportamento ecológico de indivíduos que utilizam tal espaço geográfico com atrativo turístico nesta Unidade de Conservação? Com a resolução dessa complexa questão, é possível determinar planos de desenvolvimento do turismo integrado às comunidades autóctones desta localidade. Observando, assim, a vida cotidiana de comunidades receptoras de visitantes e a influência do turista na perspectiva ecológica envolvendo uma mutua colaboração para preservação e conservação dos recursos naturais. O estudo pode colaborar para futuras pesquisas na área e pode

contribuir para o planejamento de espaços com potencial turístico similar a do atrativo pesquisado.

O objetivo geral deste estudo consiste em: **mensurar o comportamento ecológico de turistas e comunidade autóctone próximo ao Salto São Francisco-PR.**

Ainda, como objetivos específicos:

- a) Verificar as relações entre o turismo e a comunidade com o meio ambiente;
- b) Observar mudanças de percepção humana quanto aos problemas ambientais;
- c) Mensurar o comportamento ecológico de turistas e comunidade anfitriã.
- d) Mensurar o comportamento ecológico de indivíduos que moram na comunidade e tem seus trabalhos ligados ao turismo.

O questionário aplicado foi proposto pela psicóloga Cláudia Márcia Lyra e intitulado: Escala de Comportamento Ecológico (ECE), validado para o cenário brasileiro. Este foi aplicado aos turistas e aos indivíduos moradores das comunidades próximas ao Salto São Francisco.

2 PARADIGMAS COMUNITÁRIOS ECOLÓGICOS

Compreende-se como paradigma um conjunto de “pensamentos, percepções e valores que formulam uma determinada visão de realidade, uma visão que é a base do modo como uma sociedade se organiza” (CAPRA, 1995, p.16). Segundo Thomas Kuhn, na obra intitulada: *A estrutura das revoluções científicas*, paradigma denota “uma estrutura conceitual partilhada por uma comunidade de cientistas, que lhes proporciona modelos de problemas e de soluções” (KUHN, 2000, p. 16). Para o mesmo autor, o termo paradigma: “é aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2000, p. 221), no entanto, o autor aponta que o termo teoria seria mais bem empregado neste sentido. Neste caso o paradigma das ciências tradicionais e contemporâneas. Nota-se que os autores determinam para o termo paradigma uma perspectiva de problema e sua resolução na contemporaneidade.

A organização social, no que tange as responsabilidades individuais e coletivas com a sustentabilidade ambiental e ecológica, é tida aqui como “paradigma”, termo que deriva do grego “*paradeigma*” alusivo à modelo padrão. Dessa forma, um modelo padrão, no que tange o comportamento ecológico, é estabelecido pelas relações entre os indivíduos e, consecutivamente, com o espaço onde se vive de forma coletiva. Ampara padrões de consumo, atitudes e perspectivas próprias da comunidade.

Boaventura de Sousa Santos na obra: *Pela mão de Alice* apresenta o Paradigma Ecosocialista como sendo emergente e com características de duas naturezas, o desenvolvimento social, condizente com a satisfação das necessidades humanas fundamentais e a natureza. Ainda que, “deve haver um estrito equilíbrio entre três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária e a estatal” (SANTOS, 2005, p. 336).

Portanto um paradigma denota um modelo aferido aos cânones estabelecidos pelas sociedades para resolução de problemas existentes e emergentes numa perspectiva temporal. Por meio da percepção e aceitação das dificuldades comportamentais existentes na manutenção dos recursos naturais. Assim, atribui-se o conceito de paradigma comunitário ecológico a concordância contemporânea coletiva do ser humano para com as mudanças ocorridas nos

ecossistemas, ocasionando prejuízos sociais e ambientais pelas pressões do comportamento humano na vida em comunidade e perspectivas de resolução de problemas ambientais.

Os interesses dos indivíduos de assumirem uma posição para um determinado grupo com ambições semelhantes, e pontos de vista adversos ou sem concordância, expressam um compartilhamento de informações e aspirações que, a partir de um consenso, pode aflorar em resoluções para os problemas. Este modelo mutável de organização permite que as mudanças de atitudes possam ser corrigidas nos processos de tomada de decisão nas comunidades.

O termo comunidade, para Bauman (2003), expressa sensações boas pelo seu significado. Com ar de romantismo o autor expressa o sentimento bom que a palavra comunidade traz, como: confortável, aconchegante, lugar de confiança e colaboração mútua. A realidade da violência e a insegurança na vida em comunidade são exaltadas na obra: *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Nota-se que a comunidade possui um espírito de harmonia de relações sociais, no entanto, a comunidade divide também as angústias e aflições coletivas.

Comunidade é um grupo social que reside num espaço geográfico pequeno, em que há a “interação das pessoas entre si, e dessas com o lugar cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar são identificados como lugar” (CORIOLANO & SILVA, 2005, P.29).

Para Cruz (2002, p. 63) comunidade expressa:

Uma ideia aconchegante, confortável, na qual pessoas que vivem numa área compartilham um senso de propósito e identidade. Ela sugere estabilidade e consenso, um conceito atraente no mundo em que talvez a mudança e o conflito sejam muito mais comuns.

Não existe uma definição hegemônica para o termo comunidade. Nota-se, com base nos autores elencados que a comunidade expressa um sentimento de afinidade entre habitantes da mesma, um desejo de solucionar os problemas e conflitos existentes de forma coletiva em prol do bem comum. Uma colaboração mútua que acarreta numa identidade própria dos indivíduos com o lugar. Nesta forte relação com a comunidade está a identidade com o espaço geográfico onde a comunidade está inserida. As condutas consensuais dos indivíduos se dão de forma colaborativa e responsável, assim, determinando uma harmonia na comunidade.

Esse conceito evoca algo positivo tanto entre os teóricos quanto no uso cotidiano. O termo transmite uma relação íntima com laços e vínculos emocionais, pelo comprometimento moral e pela coesão social. Para o mesmo autor, neste tema é fundamental considerar-se o espaço comum do conceito de comunidade, este faz oposição ao conceito de sociedade: “enquanto a comunidade é tradicional, a sociedade é moderna; enquanto a comunidade agrega, a sociedade desagrega” (MOCELLIM, 2011, p.109).

A mais forte expressão do sentido de comunidade advém de grupos que compreendem “as premissas de sua existência coletiva ameaçada e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder” (BAUMAN, 2003, p.91).

Assim, comunidade expressa um sentimento de pertencimento, uma solidariedade harmoniosa entre indivíduos que repartem angústias e contentamentos. A comunidade estabelece um ar de positivo no cotidiano permitindo uma íntima relação com o espaço na vida em sociedade. No entanto, estes vínculos afetivos e íntimos da vida em comunidade fazem oposição à compreensão sobre a vida na sociedade. Antagônico à sociedade, o termo embarga a ideia de agregação de desejos de forma mútua e recíproca, enquanto que a sociedade é contemporânea e que desagrega, fragmenta os desejos coletivos ao organizá-la civilmente.

Neste sentido, Gadotti em referência a Carta da Terra afirma que nesta não se tem distinção entre sociedade global e comunidade global. No entanto, para o autor, comunidade é comumente utilizada para caracterizar o mutualismo, ou seja, os laços de reciprocidade, enquanto que sociedade é utilizada para “realçar a equivalência e a organização, como em sociedade civil planetária [...] sociedade global supõe uma mudança de atitudes e de valores de cada indivíduo” (GADOTTI, 2009, p. 107).

A mobilização por parte das populações, a fim de tratar de um interesse comum, a proteção dos ecossistemas, permite a percepção do sentido de comunidade por meio da aceitação mútua em conformidade com o que a coletividade anseia e que representa um bem estar para todos. A organização social de todos os seres humanos requer a ideia de uma sociedade com interesses similares que necessitam de valores e atitudes condizentes com as necessidades globais.

A cooperação entre indivíduos enfatiza que “somos verdadeiramente cidadãos, dissemos, quando nos sentimos solidários e responsáveis” (MORIN, 2003, p. 74). A comunidade refere ao “interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de seres humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (BAUMAM, 2003, p. 134).

Então, compreende-se aqui que a solidariedade e a responsabilidade pela conservação e uso adequado dos recursos naturais estabelece uma relação de aceitação pela causa ecológica, uma valorização pelo espaço comum nas comunidades. De forma coletiva, a relação de direitos e deveres nos moldes igualitários pressupõe uma harmonia entre comportamento individual e comprometimento social.

Padrões estabelecidos pelas obrigações morais na vida cotidiana impõem ações responsáveis e obrigações coletivas na vida em comunidade, assim, os valores humanos podem ser fatores de influência para reflexão e assimilação dos contextos comunitários e ações pró-ambientais.

2.1 VALORES ECOLÓGICOS COMUNITÁRIOS

Uma vez que a vida no planeta não condiz com o modo que a civilização industrial e capitalista se comporta, carecemos de mudanças nos padrões de consumo habituais, de forma a se tornarem mais preocupados em valorizar aspectos subjetivos associados ao comportamento comprometido à causa ambiental. As sociedades têm aumentado o consumo de produtos industrializados de maneira despreocupada com o que isto pode representar no futuro. Esta visão pode ser observada tanto os indivíduos quanto nas organizações.

Para serem solucionados os principais problemas, uma mudança radical deve acontecer “em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores” (CAPRA, 1999, p. 14). A palavra valores deriva do latim *valore*, significando algo que tem valor e importância, portanto influência no comportamento do indivíduo (HOLANDA, 2004). “Os valores são aceitos e respeitados muito mais a partir de uma sensibilidade de base do que racionalmente” (GADOTTI, 2009, p.199).

Os valores humanos fundamentais: a amizade, o respeito, a honestidade, a admiração, a ternura, a emoção, a solidariedade, a

aproximação entre simples e o complexo, a atenção, a leveza, o carinho, o desejo e o amor (KUHN, 2000, p. 20).

Novos problemas morais da contemporaneidade não foram observados ou percebidos pelas gerações passadas. Da mesma forma, estudiosos pouco ou nada trataram de temas da moralidade moderna. Ainda sem expectativas “de estabelecer hierarquia comumente acordada de valores e de normas que dispensasse seus destinatários da tarefa de fazer suas próprias escolhas” (BAUMAN, 1997, p.5).

A não solidariedade sustentável, ou seja, a associação da conservação da natureza pelo ser humano, atribuída às relações de forças e interesses econômicos do desenvolvimento, causam uma séria crise ambiental e destruição dos biomas. A relação entre o ser humano e a natureza de se dar de forma integrada (GADOTTI, 2009).

A comunidade possui caráter cultural e histórico, assim ela é: “cultural por seus valores, usos e costumes, normas e crenças comuns; é histórica pelas transformações e provações sofridas ao longo do tempo” (MORIM, 2003, p.67). Transformações sociais emergem nas comunidades de forma a ocorrer uma reconstrução de valores e ideologias.

o multiculturalismo é a resposta comum dada em nossos dias pelas classes ilustradas e formadoras de opinião para a incerteza do mundo sobre os tipos de valores que merecem ser apreciados e cultivados, e sobre as direções que devem ser seguidas com férrea determinação (BAUMAM, 2003, p. 112).

Para o indivíduo em comunidade, os valores são atribuídos às transformações das tradições ocorridas num determinado período de tempo. As modificações do modo de vida da comunidade fazem parte da evolução dos tempos e está intrínseca à cultura dos indivíduos. É possível caracterizar algumas mudanças ocorridas com relação à percepção do ser humano quanto à importância do meio ambiente natural para o bem estar das populações. No entanto, Capra (1999) aponta que não ocorreram tais mudanças nos líderes de corporações ou políticos, tão pouco pelos professores e administradores.

grande desafio do nosso tempo: criar comunidades sustentáveis [...] ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas

necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras (CAPRA, 1999, pg.15).

A variação do modo de vida de uma comunidade pode interferir nos hábitos dos indivíduos, onde, por um lado, este pode incentivar e entusiasmar de forma positiva à conservação da natureza, como, por outro lado, pode ser um vilão aos recursos naturais.

Segundo Pierre Bourdieu o *habitus* “retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e práticas” (BORBIEU, 1996, p. 22). Aponta ainda que, numa alusão a afinidade por estilos eles são diferenciados e diferenciadores.

O *habitus* preenche uma função que, em uma outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (BORDIEU, 1996; p. 144).

Para o autor existe um *habitus* em cada agente que é um conjunto de arranjos duráveis e transponíveis e cânones de percepção que retraduz a ação e que norteiam as decisões pessoais. Uma forma de princípio histórico que não está na consciência e tão pouco nas coisas, mas sim na relação entre eles (BOURDIEU, 1996).

Assim, nota-se que um paradigma comunitário, no que diz respeito à relação o homem e a natureza, é um modelo padrão que é estabelecido pelo espaço temporal em que se encontra a comunidade. Os costumes dos indivíduos são dados pela percepção de problemas que devem ser solucionados de forma a possibilitar a valorização dos hábitos após a percepção da necessidade da mudança ética.

A ética e a moral, etimologicamente remetem ao comportamento, fundamentais para o campo da filosofia. Os costumes, os hábitos, as disposições, e as maneiras procuram prescrever comportamentos, justificando ações do cérebro para fazer o que é correto de forma ciente de tais atitudes. A ética representa uma verdade, para ele “não há ética senão dos processos de verdade, do trabalho que faz advir a este mundo algumas verdades” (BADIOU, 1995, p. 55).

O termo: ética deriva das palavras gregas *éthos*, que significa o caráter de alguém, e *éthos* que denota “o conjunto de costumes instituídos por uma sociedade

para formar, regular e controlar a conduta de seus membros” (CHAUI, 2012, p. 382). Já a palavra moral deriva do latim *moris*, significa “os hábitos de conduta ou de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas” (CHAUI, 2012, p.381-382).

A responsabilidade é um valor que resulta da consciência da nossa interdependência com demais seres humanos habitantes de um mesmo planeta. Ela se adquire pela educação e pela convivência. E aqui entra outro valor, o valor da comunidade de vida. Somos membros de uma só comunidade humana terrestre com um destino comum. A essência de uma cultura da paz é o diálogo, portanto, o espírito comunitário. E para sentir-se responsável, o membro de uma comunidade precisa participar de todas as dimensões que dizem respeito a seu bem-estar na comunidade. Por isso cada indivíduo é respeitado por ela, harmonizando liberdade com responsabilidade, diversidade com unidade (GADOTTI, 2009, p.198).

A Carta da Terra, também conhecida como a Declaração do Rio, é considerada o código de ética global a respeito da sustentabilidade. Ele aponta para as mudanças que devem ocorrer nas atitudes, nos valores e nos estilos de vida dos seres humanos. Traduzida para todas as línguas, a Carta da Terra foi apresentada no Fórum Global 92, Eco-92 ou Rio 92, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro onde foram reunidos participantes de 108 países.

As referências encontradas na minuta da Carta da Terra para menção aos valores são:

Respeito a Terra e à sua existência;

A proteção e restauração da diversidade, da integridade e da beleza dos ecossistemas da Terra;

A produção, o consumo e a reprodução sustentáveis;

Respeito aos direitos humanos, incluindo o direito a um meio ambiente propício a dignidade e ao bem-estar dos humanos;

A erradicação da pobreza;

A paz e a solução não violenta dos conflitos;

A distribuição equitativa dos recursos da Terra;

A participação democrática nos processos de decisão

A igualdade de gênero;

A responsabilidade e transparência nos processos administrativos;

A promoção e aplicação dos conhecimentos e tecnologias que facilitem o cuidado com a Terra;

A educação universal para uma vida sustentada;

Sentido de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da comunidade da terra e das gerações futuras.

Quadro 1: Valores humanos ecológicos referenciados pela Carta da Terra.

Fonte: Gadotti (2009, p. 115).

Para Chauí (2012) as emoções e os sentimentos como indignação, responsabilidade e solidariedade revelam o senso moral, a autora aponta ainda que:

as ações desencadeadas exprimem nosso senso moral, isto é, a maneira como avaliamos nossa situação e a de nossos semelhantes segundo ideias como a justiça e a injustiça (CHAUI, 2012, p. 379).

Os comportamentos alheios, incoerentes com a realidade da vida na terra, despertam sentimentos no observador consciente da importância de ações pró-ambientais. Estas atitudes condizentes com a necessidade de conservação e acabam por gerar conflitos entre indivíduos, mas podem, também, desencadear ações comunitárias baseadas em discutir os padrões comportamentais ecologicamente corretos.

A reflexão quanto ao modo de produção que temos atualmente, herdada da Revolução Industrial, não nos garante a qualidade do meio ambiente para as gerações futuras. Os valores, os hábitos e o senso moral são mutáveis com o passar do tempo. Movimentos sociais, nacionais e internacionais, em prol da sustentabilidade, ou ações de pequenos grupos que procuram proteger os biomas, e pela diminuição de poluentes despejados na atmosfera, tem criado uma corrente de ação pró-ecológica. A preferência pela aquisição de produtos considerados de energia limpa ou renovável além de estarem apoiados em novas tecnologias que surgem na atualidade, estão intrinsecamente ligada à escolha do cliente por embalagens recicláveis e reutilizáveis norteando a reflexão sobre os desperdícios de alimentos, água, energia.

2.2 COMPORTAMENTO ECOLÓGICO E A PRÓ-ECOLOGIA

A análise do comportamento do consumidor refere-se à verificação, de forma experimental de interpretar o consumo das pessoas numa interação entre a

psicologia econômica e do *marketing* cognitivo. Pesquisas de *marketing* social que “procuram promover respostas pró-sociais de consumidores com respeito a ações que danificam o meio ambiente e esgotam seus recursos” (CASTRO; FOXALL, 2005, p. 289). Para os mesmos autores têm sido implantados diversos programas que procuram modificar o comportamento dos consumidores como: “a coleta e descarte de lixo, a compra de material reciclável, a economia de energia elétrica, a economia de água” (CASTRO; FOXALL, 2005, p. 289), procuram influenciar diretamente o consumo em vez de transformar os valores dos consumidores. Este tipo de estudo baseia-se na interpretação de comportamentos naturais de consumo, conforme os atos de:

comprar, poupar, apostar, escolher marcas, adotar inovações e consumir serviços, levanta questões filosóficas e metodológicas que extrapolam a disciplina acadêmica da análise do comportamento (op. cit., p. 283).

A partir desta afirmação para se observar o comportamento há a necessidade de relacioná-lo com o autocontrole do indivíduo. Segundo Elenice S. Hanna e Michela Rodrigues Ribeiro, o termo autocontrole, geralmente é empregado para relacionar com os traços de personalidade dos indivíduos, ações controladas por uma força interior ou características inatas. No entanto, para as autoras, há nesse contexto, um contraste do termo como o fato da desvalorização da existência de diferentes graus de autocontrole em diferentes situações ou em situações semelhantes nas várias etapas da vida da pessoa (HANNA, 2005, p. 175).

Quando agimos com responsabilidade, para ser educado, para evitar doenças ou para ser ecologicamente correto, em geral, é possível que não estejamos fazendo aquilo que mais desejaríamos naquele momento e sim pensando e agindo em função das oportunidades futuras de ações e suas consequências. A importância desse fenômeno pela sua possível relação com a auto-regulação, com a preservação da espécie e do meio ambiente justificaria quaisquer esforços para explicar melhor a influência do meio ambiente sobre a aquisição e a manutenção de formas de agir que possam ser chamadas de autocontrole (HANNA, 2002, apud, HANNA 2005, P. 175).

Assim o comportamento aqui estudado expressa o sentido de autocontrole, já que, como Hanna (2005) afirma, é possível que a ação esteja emanada da necessidade de agir desta ou daquela maneira, e não da forma que mais seria

cômodo ou confortável. As formas de agir determinam um auto-controle baseado no comportamento de consumir, poupar ou estabelecer metas.

2.3 SURGIMENTO DAS PREOCUPAÇÕES COM A NATUREZA

Muitas mudanças pró-ecológicas ocorreram com o passar dos anos. Numa perspectiva histórica é possível determinar a fato tais transformações. A percepção da necessidade de sustentabilidade e diminuição dos impactos na natureza causados ações depredadoras que induziram a reflexão sobre o futuro do planeta tiveram abertura no final do século XX. De acordo com estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Amazônia Legal, na última década houve uma evolução da consciência ambiental dos brasileiros (MMA & ISER, 2001).

Da mesma forma, inúmeras mudanças ocorreram com o passar dos anos, na relação ser humano/natureza. Concomitantemente ocorreu um fortalecimento da percepção e da reflexão do ser humano quanto à causa ecológica e das atitudes quanto a estas questões. Capra (1999) ponderou que há soluções para os principais problemas contemporâneos, considera que algumas soluções simples poderiam servir.

O problema crucial do nosso tempo é o da necessidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, ao mesmo tempo, solidárias e conflituosas (MORIN, 1999, p.55).

Nos anos 70 consolidou-se uma nova maneira de se ver o mundo, onde as críticas à sociedade se fortalecem após um período de excitação nos anos 60. Assim, a expansão da consciência tomou duas direções, a transpessoal² e a social³. Aponta ainda, que era sentido um entusiasmo pela transformação das sociedades nessa época (CAPRA, 1995).

A consciência ainda não provocou mudanças expressivas no modelo econômico, tão pouco, na política governamental. (GADOTTI, 2009). Inevitavelmente é possível concordar com o autor nesta afirmação já que,

² Rumo a um novo tipo de espiritualidade, semelhante à das tradições místicas do Oriente; foi uma expansão da consciência que incorporava experiências, as quais os psicólogos começam a chamar de "transpessoais" (CAPRA, 1995, p.10).

³ Ampliação da consciência social, desencadeada pelo questionamento e contestação radicais da autoridade; foi algo que ocorreu independentemente em diversas áreas (CAPRA, 1995, p. 10).

atualmente, não podemos aferir uma responsabilidade ambiental no comportamento habitual e cotidiano das populações pautadas nas políticas governamentais. É notório que a produção e o consumo baseados nos padrões capitalistas não condizem com a realidade ambiental e de qualidade de vida.

Temos hoje consciência de uma eminente catástrofe se não traduzirmos essa consciência em atos para retirar do desenvolvimento essa visão predatória, concebê-lo de forma mais antropológica e menos economicista, e salvar a Terra (GADOTTI, 2009, p. 60).

Cientistas e filósofos há décadas têm alertado sobre os problemas ecológicos. Em 1968 o Clube de Roma fundado por Aurélio Peccei contava com um grupo de 80 cientistas onde, a produção de um relatório chamado: “Os limites do crescimento econômico”, que colocava o modelo de desenvolvimento fundamentado do crescimento ilimitado destoava da realidade, causando grande repercussão. Em 1971, o grupo inglês *The Ecologist* elaborou o “Manifesto para a sobrevivência” onde deixava claro que os recursos finitos não suportam os padrões de aumento da demanda (KHUN, 2011).

Nas últimas décadas a sociedade tem tomado consciência dos problemas socioambientais a partir das críticas ponderadas ao modelo de desenvolvimento baseado na economia. Conforme os autores, a consciência pró-ecológica das populações tem surgido a partir da necessidade do real, e as interações entre indivíduos de forma integrada. No entanto parece ainda não ter sensibilizado a sociedade de forma a assegurar a mútua colaboração entre governos e população.

A respeito da centralização do Estado, faz um direcionamento para valorização da comunidade, uma concepção nova de emancipação apontada como: eco-socialista. Serve para que se possam se ratificar os males da democracia autoritária (SANTOS, 2005).

Este paradigma emergente contesta o desenvolvimento medido pelo crescimento econômico e industrial, tecnológico e dos meios de produção, sujeitando a força de trabalho e a natureza à expansão do capital econômico. Este novo paradigma foca num desenvolvimento social baseado na satisfação das necessidades consideradas fundamentais.

A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política vertical

entre os cidadãos. Com isso revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a ideia de igualdade sem a ideia de mesmidade, a de autonomia e a ideia de solidariedade (SANTOS, 2005, p. 278).

Santos aponta uma emancipação que cria um senso comum político novo, com novas condutas ambientais. Esta evolução da consciência ecológica, espiritualizada ou socializada representa as transformações ocorrentes nas sociedades. A colaboração da ciência para alertar sobre a realidade do crescimento econômico e a destruição de recursos não renováveis, foi fundamental para repercussão global sobre a sobrevivência da vida na Terra. O comportamento consumista atual faz com que a produção e a demanda não enquadrem com os recursos naturais remanescentes.

Segundo Dunlap & Van Liere (1978), ocorreu um importante avanço em relação ao novo e velho paradigma social ecológico. No Quadro 2 é possível observar as diferenças entre o Paradigma Social Dominante e o Novo Paradigma Ecológico:

PARADIGMA SOCIAL DOMINANTE	NOVO PARADIGMA ECOLÓGICO
Seres humanos são diferenciados da natureza	Dependência ecológica das sociedades humanas
Crescimento econômico ilimitado	Fontes naturais e delicadas
Abundância de matéria-prima	Noção de escassez a que os humanos não podem deixar de estarem sujeitos
Crença da supremacia incontestável da ciência e tecnologia humana	Leis naturais a que os humanos não podem deixar de estarem sujeitos

Quadro 2 – Paradigma Social Dominante e o Novo Paradigma Ecológico.

Fonte: Dunlap & Van Liere (1978) adaptado pelo autor.

A diferença entre os dois paradigmas é notória. Enquanto o primeiro, o paradigma social dominante estabelecia uma relação de superioridade do ser humano diante do meio ambiente e outros seres vivos.

O crescimento econômico, considerado principal elemento de desenvolvimento, parece não se importar para as agressões ambientais ocasionados pela exploração de recursos naturais e, com a crença de que a ciência

e a tecnologia serão capazes de reverter tais desgastes da natureza causados pelo homem.

O novo paradigma ecológico mostra uma tendência em prol da harmonia entre ser humano e ecossistemas naturais. Neste é notada uma complexa interdependência do meio ambiente com a vida na terra. Presa a noção de dependência do ser humano para com a natureza. Determina que as fontes naturais sejam delicadas e escassas. Noção das Leis naturais e a impotência do ser humano para lidar com elas.

Nos anos 80, o surgimento de um arcabouço teórico baseado na temática sustentável é acompanhado pelo nascer de outros movimentos sociais (CAPRA, 1995).

O movimento verde mundial, que surgiu de uma coalescência dos movimentos ecológicos, pacifistas e feministas, é o sinal mais impressionante de atividade política nos anos 80, que talvez venha a ser lembrada como a década da política do Verde. (CAPRA, 1995, p. 10).

Não apenas os movimentos sociais com cunho na sustentabilidade da natureza destoavam do comportamento contemporâneo, indivíduos e sociedades se organizavam em defesa do bem comum e rumando a uma nova perspectiva ideológica defendendo os interesses individuais e coletivos. Não demorou surgirem os primeiros eventos diplomáticos para discutir os problemas ambientais que, por sua vez, colaboraram para a disseminação da importância da conservação da natureza e da realidade atribuída aos desgastes do meio ambiente pelos processos de desenvolvimento.

O movimento conservacionista surgiu como uma tentativa elitista dos países ricos no sentido de reservar grandes áreas naturais preservadas para seu lazer e contemplação (GADOTTI, 2009, p.58).

Com o surgimento de movimentos com cunho conservacionista emerge “uma tentativa elitista dos países ricos no sentido de reservar grandes áreas naturais preservadas para seu lazer e contemplação” (GADOTTI, 2009, p.58). O que representa a tentativa, que partiu da classe dominante, de preservar um determinado espaço para usufruto dele pela atividade turística. Neste sentido, o intuito de preservar-se a natureza para que esta possa ser visitada posteriormente incentivou que as áreas tivessem um valor não apenas econômico, mas sim,

relacionado a aspectos de descanso, além dos benefícios econômicos aferidos ao turismo.

No caso da Amazônia, não se estava preocupado com aspectos sustentáveis da terra, mas sim, com a garantia pela “continuidade dos seus privilégios, em contraste com as necessidades da maioria da população” (GADOTTI, 2009, p. 58).

Somente depois de uma análise sistêmica do problema ambiental como um todo no planeta, é que as repercussões tratando da “destruição dos ecossistemas” têm gerado pequenas ações conjuntas.

A influência para firmar acordos e tratados diplomáticos vem de décadas, se tem tentado adesão dos líderes das populações, mas sem estas não são assumidas com veemência, ou seja, são incapazes de mitigar tais problemas que extrapolam aos interesses capitalistas.

2.4 ENCONTROS DIPOMÁTICOS SOBRE O MEIO AMBIENTE

As preocupações em relação às práticas sustentáveis ganharam grande impulso a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo, Suécia, no ano de 1972. Reuniram-se líderes mundiais que estabeleceram o início de um plano de ações em âmbito mundial visando à melhoria da qualidade do ambiente humano. Outro grande encontro em prol da sustentabilidade ambiental foi realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, evento conhecido como Eco-92 ou Rio-92. Marcada pela tentativa de criar uma agenda de cooperação internacional para tratar das questões de sustentabilidade, na ocasião foi aprovada a Agenda 21⁴. Em junho de 1997, na cidade de Istambul, na Turquia, foi organizada pelas Nações Unidas a Conferência de Assentamentos Humanos. Objetivou o surgimento da cidade sustentável e contou

⁴ “Através da Agenda 21 a comunidade das nações procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrenta-los e as metas para as próximas décadas [...] visa disciplinar e concentrar os esforços nas áreas chaves, evitando a dispersão, o desperdício e as ações contraproducentes. [...] não depende exclusivamente dos governos. As mudanças que serão necessárias em termos de valores, de modelos produtivos e padrões de consumo configuram uma verdadeira revolução cultural. É preciso conquistar os corações e as mentes das pessoas para a causa ambiental causa esta que, na verdade, não se restringe a questões exclusivamente ecológicas, mas engloba também desafios como a erradicação da pobreza, a firmação global e irrestrita dos direitos humanos a consolidação da paz entre os povos. Esta é, portanto, uma obra de toda a sociedade” (ONU, 1995, p. 7).

com a participação de 171 países que discutiram temas referentes aos problemas urbanos como: violência, desemprego, habitação, transporte, saneamento, miséria, meio ambiente e qualidade de vida (GADOTTI, 2009).

No ano de 2002 ocorreu na África do Sul, na cidade de Johannesburgo a Rio+10 que procurou avaliar as medidas que haviam sido implantadas na Rio-92, também foi implementado um plano de Turismo Sustentável e Ecoturismo que visava a mitigação de impactos nas comunidades.

A Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, teve o Brasil como anfitrião, novamente na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. Atualmente já foram divulgadas as datas-chave para os encontros que discutirão sobre os acordos climáticos no decorrer de 2015, na reunião de Genebra se estipulou a conclusão no mês de dezembro do mesmo ano para ser concluído o novo pacto global contra o aquecimento global.

Esses encontros possibilitaram que os governos dos países renovem as preocupações em gerir os problemas ambientais em nível global e, se possível, mitiga-los ou preveni-los. Dessa forma, os grandes eventos internacionais, ou seja, eventos diplomáticos que tratam da sustentabilidade ambiental alicerçam compromissos das sociedades. Procuram engajar as populações para tomadas de decisões dos países baseadas em estratégias de política internacional, em conformidade aos interesses nacionais.

O quadro 3 apresenta uma síntese dos três principais encontros Estocolmo, Eco-92 e Rio+20.

Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972)	Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)	Conferência das nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012)
Estocolmo – Suécia	Rio de Janeiro – Brasil	Rio de Janeiro - Brasil
Limites do crescimento e Crescimento zero	Futuro Comum e desenvolvimento sustentável	Agenda 21 e Desenvolvimento sustentável em escala global
Combate à poluição	Gestão de recursos e biodiversidade	Economia verde
225 ONGs maioria de países periféricos	9.000 ONGs movimentos trabalhistas, de gênero, religiosos e étnicos.	Cúpula dos povos e burocratização das ONGs
Cobertura modesta	10.000 jornalistas credenciados	Cobertura tempo real

2 Chefes de Estado	114 Chefes de Estado	193 países e 100 chefes de Estado
Declaração de Estocolmo e Plano de Ação para a Política Ambiental e Criação do Fundo Ambiental	Declaração da Agenda 21, rejeição da Carta da Biodiversidade	Declaração da Carta do rio “que futuro que queremos”

Quadro 3: Síntese dos encontros diplomáticos para discutir sobre o Meio Ambiente.

Fonte: (OLIVEIRA, 2014, p.8), adaptado pelo autor.

Inicialmente nota-se que os principais eventos para discutir os assuntos que debatem sobre questões ambientais ocorreram em intervalos de 20 anos. A diferença entre Suécia e Brasil pode ser analisada, uma vez que as grandes diferenças entre o primeiro encontro na Suécia, país desenvolvido, para os dois outros no Brasil, um país subdesenvolvidos.

É possível observar, também, as influências para cada evento acontecer. Em 1972 foram os limites de crescimento e o crescimento zero, já em 1992, foi o futuro comum e o desenvolvimento sustentável, e em 2012 a agenda 21 e o desenvolvimento sustentável em escala global. Focados no combate à poluição o encontro em Estocolmo procurou focar na gestão de recursos e biodiversidade na Rio-92 e a economia verde na Rio+20.

O primeiro evento contou com a presença de 225 ONGs, o segundo com 114 Chefes de Estado e a terceira com 193 países e 100 Chefes de Estado e Governo. Os eventos acarretaram assinatura da Declaração de Estocolmo e do Plano de Ação para a Política Ambiental e Criação do Fundo Ambiental na Suécia. No Rio de Janeiro em 1992 foi assinada Declaração da Agenda 21 e foi rejeitada a Carta da Biodiversidade e, em 2012 foi assinada a Declaração da Carta do Rio “que futuro que queremos”.

Importante frisar os benefícios advindos ao turismo que tais eventos como a Eco-92 e a Rio+20 deram para o Brasil, incentivando a vinda de turistas para o país e colocando-o num cenário privilegiado em âmbito global, já que, fortalece seu potencial atrativo para o turismo baseado na natureza.

3 TURISMO

O turismo encontrou facilidades ao passar pelos períodos da sociedade moderna, a Revolução Industrial e o Capitalismo. Depois de quase desaparecer, antes das Grandes Guerras Mundiais, obteve crescimento após o término da Segunda Guerra Mundial. A década de 1950 desencadeou um turismo de massa⁵, e, nos anos de 1980, a disseminação do capitalismo e a globalização aumentou ainda mais esta atividade que procurava pautar suas atividades num turismo de natureza (AVIGHI, 2000).

Com surgimento do trabalho na evolução da humanidade, o descanso passou a servir para que o indivíduo pudesse se refazer fisicamente e mentalmente do desgaste pelas atividades realizadas. Na idade média, a estabilidade das políticas nas cidades e o surgimento de sistemas de trabalho possibilitaram os deslocamentos geográficos que, muitas vezes, eram motivados por celebrações públicas ou peregrinações religiosas, da mesma forma, as práticas culturais e artísticas permitiram que o entretenimento e a formação cultural do viajante ocorressem (BOULLÓN, 1990).

O turismo refere ao deslocamento de indivíduos motivados por sair de seus locais de residência temporariamente para visitar lugares preparados para receber turistas com equipamentos e serviços (BARRETTO, 2003).

O turismo pode ser definido como a adição de operações econômicas ocasionadas pela entrada e permanência de estrangeiros e seus deslocamentos realizados “para dentro e para fora das relações comerciais que ele engendra” (IGNARRA, 1999, p.29).

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT) buscou uma definição padrão para explicar o fenômeno turismo incluindo uma variável temporal, conceituando-o como sendo:

uma atividade de pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por menos de um ano ou até um ano consecutivo, objetivando lazer, negócios e outras motivações (OMT, 2003, p. 18).

⁵ O turismo de massa é definido por criar uma demanda massiva em locais ou acomodações, transportes que servem a demanda (OMT, 2003).

A partir das definições, nota-se a estreita relação entre o turismo e a economia. Esta afinidade surge da capacidade de realizar transações comerciais por diferentes esferas de mercado. Isto ocorre pelo deslocamento temporal de pessoas que, fora de seu habitat, necessitam utilizar equipamentos do turismo, assim como, os serviços a ele inerentes para permanecerem no local visitado. Também é possível observar a existência de diferentes motivações que podem incentivar o turista a visitar um local e o leque de oportunidades de negócios dos mais variados que isto pode engendrar. Uma das motivações observadas é a objetivação de peregrinação por locais onde se é possível descansar fugindo do seu cotidiano habitual.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 1997, p.9).

O desenvolvimento da sociedade, assim como do turismo, caminha lado a lado de forma que a organização social acompanha a realidade de um determinado momento histórico. Assim “o turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo” (MOESCH, 2002, p.09).

O aumento do capitalismo e a globalização influenciaram de forma positiva o crescimento da atividade turística. No período marcado como Pós Segunda Guerra Mundial a atividade turística se consolidou como sendo uma atividade econômica que cresce com a globalização. No século XX a globalização veio para o turismo como “novos ventos” como uma temática nova, “o meio ambiente, as etnias e outras questões típicas do final do século” (AVIGHI, 2000, p.102).

O fluxo de turistas movimenta a economia local onde a comunidade pode comercializar bebidas, alimentos além de estadias, entre outros, “o município, através de sua organização política, deve exercer o papel de orientador da atividade turística local” (DIAS, 2003, p. 153).

A fama do turismo como sendo uma atividade com potencial para o desenvolvimento econômico de países ou localidades deve levar em consideração a observação de problemas sentidos pelas comunidades anfitriãs. O turismo, ao

assumir esta responsabilidade de garantir uma parcela significativa dos lucros econômicos de uma localidade, requer um planejamento que leve em consideração as comunidades receptoras, seus espaços geográficos, o meio ambiente, sua cultura, políticas públicas, entre outros aspectos tão importantes quanto o fortalecimento dos números econômicos.

Em locais onde ocorre o fenômeno do turismo, a lucratividade não é palpável para grande parcela dos habitantes das comunidades receptoras. Os benefícios são sentidos pela comunidade por meio da infraestrutura de acesso, por exemplo, pela criação de novos campos de trabalho, pela garantia da qualidade do meio ambiente naquele espaço, mesmo que não represente a principal fonte de renda da população, principalmente daquelas inseridas nos contextos rurais e seus serviços intrínsecos.

Por décadas a indústria do turismo é tida como economicamente promissora. Com crescimento rápido e efeitos multiplicadores os benefícios são sentidos por diferentes segmentos de mercado, assim como, pelas comunidades autóctones onde ele se desenvolve possibilitando uma maior qualidade de vida das populações. Nota-se que o poder público tem papel fundamental para garantir que esses melhoramentos realmente ocorram beneficiando toda uma coletividade.

É importante frisar a ocorrência de um retrocesso no desenvolvimento do turismo no Brasil (CRUZ, 2002). Deve-se ficar atento à ocorrência de prejuízos culturais e ambientais na exploração da atividade turística (OLIVEIRA, 2004).

A insatisfação sentida pelas populações locais quando ocorre à invasão de seus espaços para desenvolvimento do turismo e o sentimento das populações de estarem excluídos dos processos de desenvolvimento da região, faz surgir o fracasso da produtividade da atividade, afetando, inclusive, as relações entre turista e população local (KRIPPENDORF, 2001).

É notória a necessidade de planejamento do turismo para mitigar impactos negativos sentidos tanto pelas comunidades receptoras quanto pelos turistas. A exploração do espaço geográfico onde a população reside, não deve focar apenas o fortalecimento dos números econômicos de curto prazo, como ocorre nos casos de turismo de massa, ele deve garantir a qualidade do processo objetivando a integração de todos nos benefícios advindos do turismo.

Quando um destino turístico é invadido pelo turismo de massa, a atividade tende desdenhar impactos negativos (KRIPPENDORF, 2009).

O planejamento do espaço, dos equipamentos e dos serviços do turismo deve garantir que os atrativos tenham sua atratividade mantida para usufruto das gerações futuras. Assim, o planejamento consiste em ordenar ações no território de forma a garantir que a ocupação e o direcionamento de forma coerente das construções (RUSCHAMANN, 1997).

No período compreendido entre os séculos XIX e início do século XX, a despreocupação quanto à preservação ambiental influenciou o surgimento de construções imobiliárias e grandes centros turísticos para recepção de uma demanda cada vez mais crescente. Consequentemente, na década de 1950, teve impulso o turismo de massa que acarretou numa influencia negativa para a vida da comunidade receptora e, da mesma forma para a natureza local. O crescimento desordenado do turismo saturava os locais sem infra-estrutura suficiente para suportar tal demanda acentuada de visitantes. Com a consideração pelos problemas ocasionados como a degradação ambiental, surge um novo mercado de turismo, baseado na natureza como o ecoturismo e o turismo ecológico (RUSCHMANN, 2000).

A viagem, enquanto produto do turismo deve atender às necessidades de diferentes perfis de turistas, contextos regionais e, inclusive, atender as vontades da comunidade, assim, a “multisegmentação dos destinos turísticos parece ser uma questão de demanda, percebida com a mudança do comportamento do turista nos últimos anos” (MIELKE, 2009, p. 43).

O meio ambiente e a atividade turística consolidam um paradoxo entre o uso e a proteção do espaço, esta propõe uma relação entre o comportamento do turista e estes espaços de forma constante (RUSCHMANN, 1997).

A Redefinição do modelo convencional da ação turística, baseado no consumismo, na ostentação e em roteiros clássicos, deu espaço para o chamado “viajante vanguarda” que:

busca a realização interior e dá ênfase ao meio ambiente e à compreensão da cultura e da história de outros lugares, quer conhecer povos e se enriquecer culturalmente. Percorre roteiros inusitados e elabora seus próprios itinerários (AVIGHI, 2000, p. 102).

Qualquer análise referente ao turismo pressupõe que “o homem, o espaço e o tempo constituem os três pré-requisitos para qualquer reflexão equilibrada a respeito do fenômeno” (ANDRADE, 2004, p.12).

As mudanças ocorridas na relação entre o visitante e o espaço a ser visitado determina uma motivação mutável. Neste sentido o turista:

deseja ver uma natureza intocada, mas quer tocar os animais; quer “viver a natureza”, porém com conforto e segurança; quer a natureza “pura”, porém acessível. Além de considerar apenas os aspectos naturais, o turista deseja integrar-se plenamente aos fenômenos culturais e considerar a dimensão humana das comunidades receptoras. Trata-se, atualmente, de uma clientela que deseja compreender uma paisagem, reconhecer nela os valores culturais; uma clientela sensível às noções de intercâmbio e ao encontro cultural (RUSCHAMANN, 1997, p.147).

A partir da década de 60 os estudos antropológicos se intensificaram na temática que relaciona as comunidades e suas interações sociais entre turistas e comunidades receptoras. Atualmente, na mesma forma de pesquisa que relacionam turismo a este aspecto, as preocupações com relação aos impactos sociais, culturais e econômicos são observadas (BARRETO, 2003).

Desta forma, após o final da segunda guerra mundial, surge um novo modelo de motivação ao turismo, a procura por áreas de beleza cênica ímpar que com sua exotividade inspira tranquilidade. Reestabelece um elo de retorno aos valores ancestrais, descanso, entre outras características que tem feito surgir um modelo de turismo baseado na natureza e nas culturas das comunidades receptoras. Geralmente, dentro ou próximo a áreas de proteção ambiental, vivem comunidades que assumem a responsabilidade de garantir a qualidade do meio ambiente, da mesma forma, o turista deve ter um comportamento ecológico consciente ao visitar um determinado atrativo considerado ecologicamente sensível ou uma comunidade com cotidianos incomuns ao dele. Todos devem zelar pela conservação e preservação dos recursos naturais, considerados atrativos turísticos, para que estes mantenham suas características próprias e perpetuando-os para que possam ser usufruídos no futuro.

3.1 TURISMO ALTERNATIVO

O Turismo Alternativo (TA) não é um segmento de mercado do turismo, ele é uma discórdia ao turismo convencional, de massa. O Turismo Alternativo é toda a opção de turismo que foge às regras do turismo convencional, massificado, compartilhando de diferenças comuns entre eles como pela localização. Também se

caracteriza por permitir a participação ativa do turista pelos aspectos físico, emocional e mental, garantindo a geração de benefícios socioeconômicos assim como a valorização das culturas anfitriãs (PIRES, 2002).

O Turismo Alternativo estabelece uma maneira de “categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista do seu objeto de consumo e da forma de consumo do espaço, se contrapõem ao chamado turismo de massa” (CRUZ, 2003, p. 6).

O Turismo Alternativo não foge do sistema de produção capitalista, para ele, as viagens com cunho bucólico ou para lugares inóspitos possuem preços altos. Sendo exclusividade para poucos. Os turistas deste tipo de viagem “partem atrás da aventura, mas permanecem cidadãos da sociedade industrial, prisioneiros do comportamento turístico normal” (KRIPPENDORF, 2009, p. 63).

O turismo sustentável é capaz de envolver a compreensão de diversos aspectos relacionados a ele como: impactos do turismo⁶; distribuição de forma justa dos custos e benefícios; geração de empregos locais; estímulo aos negócios lucrativos; captação de injeção de capital na economia local; diversificação da economia, entre outros (BENI, 2007).

A expressão turismo sustentável foi usado pela primeira vez no final da década de 1980, segundo o autor, esta abordagem determina importância para a comunidade local, assim como a maneira como “as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade” (SWARBROOKE, 2000, p. 13).

As preocupações com relação às questões ambientais foram percebidas pelo turismo na década de 1980, época em que os deslocamentos humanos de moradores dos centros urbanos para áreas naturais objetivavam o visitante a procurar o contato com a natureza. Para o mesmo autor, “o impacto do turismo sobre o ambiente é inevitável” (DIAS, 2003, p. 37).

A procura por destinos ligados à natureza tem crescido, permitindo o surgimento de novos segmentos turísticos que se apoiam nessa característica do turismo alternativo. Assim o Turismo Alternativo:

⁶ "Os impactos do turismo referem-se a gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorre no meio ambiente natural." (RUSCHMANN, 1997 p. 34).

resulta de diversos fatores conjugados, como o crescente significado econômico do setor serviços no mundo e, inserido neste, o turismo; a chamada potencialidade natural turística do país” (CRUZ, 2002, p. 10).

A forma de como o turismo utiliza do espaço para consumo de suas atividades, o que requer uma adequação espacial de forma a tornar funcional (CRUZ, 2002). As críticas com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável surgem no momento em que o ambientalismo trata de forma separada as questões ambientais das questões sociais (GADOTTI, 2009).

A sustentabilidade requer um processo constante e que nunca poderá ser alcançado, compromete-se por ser um parâmetro de análises e discussões aproximando a condição ideal dos três componentes principais: a preservação ambiental, a equidade social e a economia viável (DIAS, 2003).

3.2 ECOTURISMO

O termo ecoturismo surgiu na década de 1980 pode ser compreendido como sendo a utilização ecológica do meio ambiente por meio do turismo clássico que concretize atividades de baixo impacto ambiental. O termo passa a receber uma associação com o “um tipo de turismo alternativo, onde os turistas realizam os seus entretenimentos engajados numa perspectiva ecológica-cultural” (CÂNDIDO, 2003, p. 145).

Ecoturismo é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras (RODRIGUES, 2003, p. 31).

Esta modalidade de turismo se baseia em vivências relacionadas com o meio ambiente natural e sua preservação intensificando de forma recreativa atividades que embargam na consciência ecológica e fortalecimento da economia local. Associada a uma nova forma de lazer apoiada na prática de atividades que procuram conservar a natureza, configura-se como sendo de baixo impacto ambiental sobre as áreas onde ocorre. Permite ocorrer um fortalecimento a respeito da conscientização ambiental tanto de visitantes como de turistas (FURLAN, 2003).

A gestão do ecoturismo deve garantir que os objetivos de conservação e manutenção do ambiente sejam alcançados. Trazendo benefícios as populações locais requer um manejo dos visitantes, apoiado em estudos como o de capacidade de carga para atividades recreacionais que não comprometam o potencial atrativo e as características de áreas silvestres. Desta forma, deve ser levado em consideração o “tipo de uso, o comportamento dos visitantes, as condições biofísicas e de manejo e a época do uso” (LIMA, 2003, p. 82).

Trata de uma atividade turística considerada nova, mas que encontra um grande potencial no cenário brasileiro. Utiliza o meio ambiente e a natureza como alicerce para desenvolver atividades de mínimo impacto e colaboram para a preservação ambiental e cultural do local visitado além de incentivar o comportamento pró-ecológico de turistas e comunidade receptora.

3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo de Base Comunitária (TBC), também, algumas vezes conhecido como turismo comunitário, consolida-se no cenário brasileiro como sendo um modelo de desenvolvimento apoiado nos recursos humanos, naturais e de infraestrutura onde a comunidade participa de forma ativa na gestão. O TBC não representa um segmento de mercado do turismo, mas está associado a alguns segmentos como o Ecoturismo, Turismo de Aventura e o Turismo Rural.

No documento Manual de Turismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento, a íntima relação com turistas, às comunidades receptoras, compreendem segmentos da sociedade capaz de receber benefícios do turismo. Neste, os “envolvidos, e também responsáveis pelo seu sucesso são os moradores locais, os proprietários (de terra e estabelecimentos comerciais) e o governo local” (WWF, 2003, p.6).

O TBC como sendo: aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (CORIOLANO, 2009, p.282).

Segundo o Ministério do Turismo (MTUR) o TBC:

busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008, p.1).

Todavia, para o Ministério do Turismo o TBC trata da democratização de oportunidades e de benefícios como: a valorização da cultura local, protagonizado pelas comunidades e geridas da oferta dos serviços turísticos (BRASIL, 2010). Assemelha o processo de organização da comunidade como uma empresa com muitos sócios. Trata da associação e encadeamento dos empreendimentos para comercialização de produtos turísticos. (MIELKE, 2009).

Em conformidade com os autores, o TBC envolve a organização protagonizada pela comunidade, pelos donos da terra, de forma a garantir a qualidade da gestão por meio da participação coletiva em conformidade com a cultura local e com os recursos naturais disponíveis. Diversos componentes explicam o TBC, no entanto, as principais características pautadas pelos autores sobre o tema são a colaboração mútua nos processos e a organização de autogestão.

Ele conta com a participação comunitária na sua gestão, controle e organização. Procura gerar renda de forma a distribuir benefícios entre os moradores da comunidade, valorizando os modos de vida de cada local, garantindo a conservação das culturas e incorporando uma dimensão ambiental onde uma economia solidária⁷ integra todos.

O TBC possui um diferencial da atividade turística, ele não centra apenas na atividade turística integradoras da economia como os serviços de lazer, hospedagem e alimentação. Desta forma, ele representa, inclusive, a proposta de desenvolver um determinado território de forma sustentável e em diferentes dimensões da vida em sociedade como a política, a cultural, humana (SAMPAIO & CORIOLANO, 2009).

⁷ Segundo Singer (2010), a economia solidária refere-se a outro modo de produção, caracteriza-se pela propriedade coletiva ou mesmo associada do capital, da mesma forma trata do direto à liberdade individual.

Também, pode-se compreender como TBC:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p.31).

Nota-se que as definições de TBC refletem a vivência entre turista e comunidade local. Este modelo de turismo sustentável focado no território se apresenta como atividade complementar das comunidades receptoras. A interação entre visitante e comunidade consiste em trocas de experiências, de vivências e de informações, que pode ser considerado o elemento fundamental do TBC. Também, sugerem um fortalecimento econômico como a essência de uma cooperação entre os indivíduos da comunidade oportunizando uma atividade complementar de renda. Assim como, as atividades tradicionais realizadas na comunidade são mantidas para servirem de atrativo para visitantes. No entanto, não pode ser considerado um segmento de mercado do turismo.

Na fusão de nomenclaturas que procuram englobar o turismo responsável surge o Ecoturismo de Base Comunitária. É definido como “controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF BRASIL, 2003, p. 23).

Com potencial de envolver um grande número de pessoas o turismo degrada o ambiente e a cultura da sociedade. Estes impactos negativos acarretam numa saturação de determinado lugar explorado pelas visitas, o que leva os visitantes a procurarem novos destinos menos explorados, gerando um chamado círculo vicioso em que não se é garantida a sustentabilidade da atividade (MENDONÇA, 2001).

Benefícios comunitários por meio do turismo ocorrem não apenas pelo fortalecimento de números econômicos, mas pela garantia de qualidade de vida⁸ que

⁸ “Qualidade de vida faz referência à satisfação do conjunto das necessidades humanas: saúde, moradia, alimentação, trabalho, educação, cultura, lazer [...] ter possibilidade de decidir automaticamente sobre seu próprio destino” (GADOTTI, 2009, p. 62).

tange as relações sociais entre indivíduos em comunidade, assim, o comprometimento humano com a conservação dos recursos naturais e ambientais existentes.

3.4 TURISMO EM UNIDADES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

A Unidade de Conservação (UC) é uma área que integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), este instrumento procura assegurar que ocorra a manutenção da biodiversidade e da qualidade ambiental. Trata de áreas naturais protegidas, modelo originário nos Estados Unidos, o Parque de Yellowstone foi o primeiro Parque com área protegida, criado na história no ano de 1872, teve como objetivo preservar a atratividade cênica do local sua história e garantir a existência de um local de lazer. No Brasil, no ano de 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional o Parque Nacional de Itatiaia no estado do Rio de Janeiro (COSTA, 2002). A primeira UC criada no país teve o intuito de oferecer lazer e incentivar pesquisas científicas.

Em julho de 2000 o Brasil aprovou a Lei ° 9.985 instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) onde pretendeu-se ordenar a gestão dos territórios com áreas protegidas e estabelece a possibilidade de algumas destas áreas receberem visitantes e incentivar a atividade turística assegurando o objetivo de conservar os recursos naturais e socioambientais.

As categorias onde deve ocorrer a mínima intervenção pelo ser humano e manter as espécies, as comunidades e os processos ecológicos, como no caso das Reservas Biológicas. Nas categorias como os Parques Nacionais e Estaduais, Refúgio da Vida Silvestre, Monumentos Naturais e Área de Relevante Interesse Ecológico, onde é permitida a presença humana desde que não sejam alteradas significativamente as condições da área (IBAMA, 2004).

Segundo o SNUC, o objetivo dos Parques é de garantir:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, *apud* IAP, 2009, p. 267).

Os parques fazem parte das cinco categorias de UC de proteção integral. Recebem nomes correspondentes à esfera de os criou assim, parques estaduais ou federais aqueles criados pelos poderes públicos estaduais e federais, da mesma forma, quando criados pelos municípios, como o caso do Parque Municipal São Francisco da Boa Esperança (IAP, 2009, p.266).

4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O local escolhido para realização da pesquisa é o Salto São Francisco o maior salto do Sul do Brasil, com 196 metros de altura, equivalente a um prédio de 60 andares é o 5° salto mais salto do País.



Imagem 1 – Salto São Francisco.

Fonte: <http://www.turismo.pr.gov.br>

O salto está localizado a 50 km de Guarapuava pela Estrada do Guairacá, sendo 5 km de estrada de terra e 45 de asfalto no km 343 da BR-277 e, a 50 km por Prudentópolis sendo de 14 km de asfalto e 36 km de estrada de terra pela Linha Vista Alegre pela localidade de Jaciaba, entrada no Km 252 da BR-373.



Imagem 2 – Localização geográfica do Salto São Francisco.

Fonte: www.cidadao.gov.pr.br. Adaptado pelo autor.

O salto está localizado na tríplice fronteira entre os municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Turvo, entre o segundo e o terceiro planalto na região centro-oeste do estado do Paraná, no Parque Serra da Boa Esperança.



Imagem 3 – Tríplice fronteira Intermunicipal do Parque São Francisco.

Fonte: Dados do autor.

Também no local se encontra o Salto dos Cavalheiros com 8 metros de altura e incrementa o atrativo por ser possível se banhar nas águas do mesmo.



Imagem 4 - Salto dos Cavalheiros.

Fonte: Dados do autor.

Os equipamentos e serviços turísticos são: estacionamento, recepção, sanitários, lanchonete, guarda parques, trilhas delimitadas e com sinalização, mirantes e playground, a entrada é gratuita. Pela grande área de florestas abriga diversas espécies da flora e da fauna da mata atlântica.

A APA da Serra da Esperança foi criada pela Lei Estadual n° 9.905/92. Tal Lei pretendeu proteger a área é de 206.55,82 ha. Já o decreto 1.438/95, foi que

regulamentou a Serra da Esperança. Diversas espécies de animais habitam a área próxima ao Salto São Francisco, alguns deles em risco de extinção como o *Puma Concolor* (Puma) e o *Leopardus Pardalis* (Jaguatirica) (IAP, 2009, p. 247).

Pela Lei Municipal nº 1.589/06, foi criado o Parque Natural Municipal São Francisco da Boa Esperança, localizado no município de Guarapuava, conta com 84,5 há. Outra Unidade de Conservação (UC), junto a APA da Serra da Esperança, criada pelo município de Prudentópolis é a APA Municipal do Salto São Francisco, criada pela Lei municipal nº 1.466/05, possui área com 6.431 ha. A Zona de proteção do Salto São Francisco é de 5.348,97 ha que correspondem há 2,61 % da área da APA da Serra da Esperança (IAP, 2009, p. 266).

Plano de Manejo da APA não considera a ocorrência de comunidades abrangidas pela área e os objetivos específicos são (IAP, 2009, p. 301):

- Proteger os remanescentes de floresta em estágio médio e possibilitar a recuperação das áreas em estágio inicial;
- Regular o uso do solo para as atividades agrosilvopastoris;
- Promover o desenvolvimento do turismo responsável e técnicas de uso do solo de baixo impacto ao meio ambiente;
- Garantir a conectividade entre fragmentos remanescentes;
- Conservar fauna, flora e sua variabilidade genética;
- Controlar a dispersão natural de pinus em raio de 200 m no entorno dos cultivos florestais;
- Priorizar o cumprimento da legislação referente à recuperação e proteção de APP e reserva legal.

As diretrizes são:

- Proteção dos remanescentes de vegetação nativa da região do extremo norte da APA;
- Regulamentação do uso turístico.

As indicações de uso permitidas são:

- Projetos de estudo e pesquisa aprovados pelo órgão gestor;
- Atividades turísticas educativas e recreativas de baixo impacto;
- Recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;
- Uso de práticas de adubação e de calagem mediante análise de solos sob orientação técnica com periodicidade anual.

As indicações de uso permissíveis são (IAP, 2009, p. 301):

- Agricultura familiar em novas áreas;
- Construção de novas habitações multifamiliares;
- Construção de novas habitações unifamiliares;
- Implantação de infraestrutura turística de baixo impacto;
- Meios de hospedagem com até 20 leitos/há;
- Serviços e comércio vicinais;
- Uso de agrotóxicos da classe IV, desde que de acordo com o plano de controle biológico.

As indicações de uso proibidas são (IAP, 2009, p. 301):

- Implantação e expansão de sistemas agroflorestais com espécies exóticas invasoras;
- Corte, exploração e supressão da vegetação primária ou em estágios médio e avançado de sucessão;
- Implantação de novas áreas de cultivos florestais, agricultura e pastagem em áreas de vegetação nativa;
- Recomposição de reserva legal com espécies exóticas;
- Expansão de cultivo de espécies invasoras;
- Uso de agrotóxicos das classes I, II, III, e IV nas plantações;
- Introdução de criação de espécies exóticas da fauna, à exceção das espécies domésticas tradicionais;
- Empreendimentos turísticos conflitantes com os objetivos da APA;
- Atividades esportivas conflitantes com os objetivos da APA;
- Construção de reservatórios de água para geração de energia;
- Agropecuário empresarial;
- Indústria de qualquer porte;
- Comércio e serviços de bairro, setoriais, específicos e gerais;
- Implantação de assentamentos para a reforma agrária;
- Atividades de produção de carvão.

No zoneamento ecológico econômico a zona de proteção é caracterizada pela vegetação predominante da mata nativa: Ambrófila mista com predominância de Araucárias em estágio médio e avançado. O solo do tipo Cambissolo Háplico

distrófico, de baixa fertilidade natural e pedregosa, acarretando em processos de erosão do solo nas áreas de maior declividade. Ao norte desta zona encontram-se as duas Unidades de Conservação Municipais. As altitudes variam entre 1.070 e 1.170 m, e declividade variando de 0° a 18° e desníveis de vertentes entre 120 m a mais de 360 m (IAP, 2009).

4.1 COMUNIDADES EM ESTUDO

As comunidades observadas foram: Morada Nova, Mato Dentro, Guairacá, Marrecas de Cima, Fazenda Santa Cruz, São Francisco, Fazenda dos Gaúchos, Pombas e Vista Alegre.

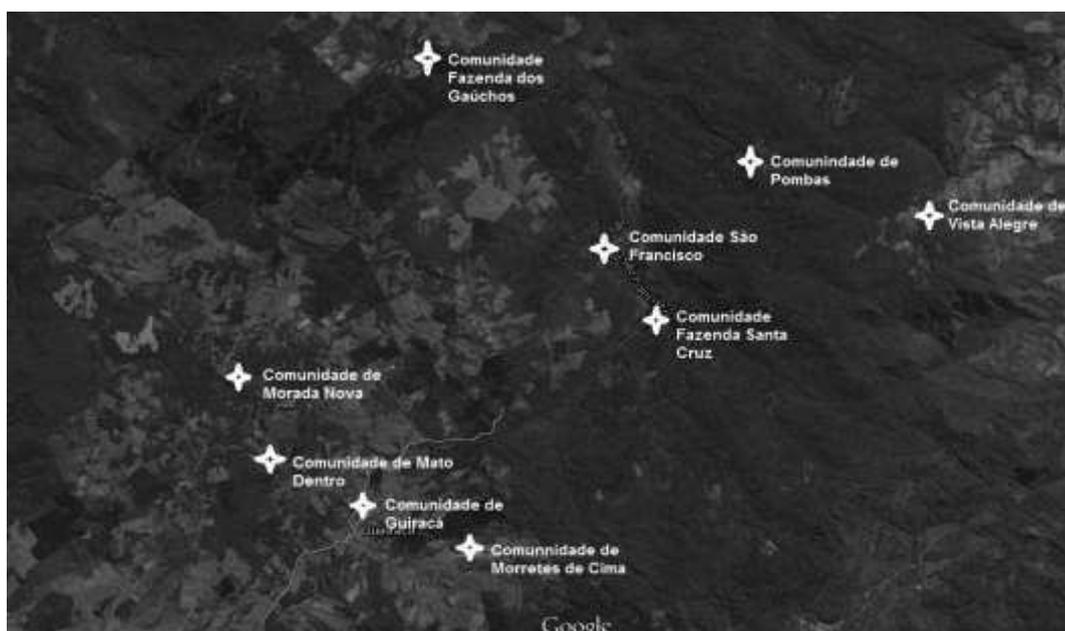


Imagem 5 - Comunidades Observadas

Fonte: Dados do autor.

As comunidades se localizam num raio de aproximadamente a 20 km da sede do Parque São Francisco. Devido a grande área de florestas, as comunidades estão distribuídas numa distância de até 15 km entre as mais distantes e de 5 Km as mais próximas. Sete delas no município de Guarapuava, nas comunidades de Morada Nova, São Francisco, Pombas, Mato Dentro, Morretes de Cima Fazenda Santa Cruz e na mais populosa Guairacá. Já o município de Turvo foi observado a Comunidade de Fazenda dos Gaúchos e em Prudentópolis a Comunidade de Vista Alegre.



Imagem 6 - Comunidade de Guairacá.

Fonte: Dados do autor.

4.2 TURISTAS EM ESTUDO

O atrativo recebe uma média de 30 visitantes por dia nos finais de semana e feriados oriundos de toda a região, de outros estados e países. O local recebe turistas de todas as faixas etárias, e permite que todos percorram os principais pontos de observação da cachoeira, assim como, de outros atrativos secundários do local.

5 METODOLOGIA

5.1 POPULAÇÃO EM ESTUDO

Para amostra da pesquisa o grupo foi obtido através da amostragem por conveniência. Turistas que visitavam o local e as comunidades que habitam áreas num raio de até 20 km do atrativo turístico observado.

Definiram-se, como amostra de pesquisa, turistas que visitam o Salto São Francisco e as comunidades de moradores. Os turistas foram obtidos durante os cinco finais de semana em que se deu a aplicação do questionário de pesquisa. As comunidades foram observadas durante cinco dias.

Tal amostra deve-se ao fato destes (turistas e comunidades) se relacionar diretamente por meio da atividade turística. Além desta troca de experiências culturais entre visitado e visitante, tem-se o ambiente e todo o seu respaldo de necessário para cuidados de ambos os grupos.

A presente amostra baseia-se em experiências vividas por moradores de comunidades próximas a uma unidade de conservação ambiental, onde, existe um fluxo de visitantes, assim, as comunidades permitiram uma observação mais fiel com a realidade estudada.

Apreende a comunidade local e os visitantes do Salto São Francisco na Serra da Esperança nos municípios de Guarapuava, Turvo e Prudentópolis no estado do Paraná. A escolha deste local se dá porque estar localizado numa área de proteção ambiental e, também, conta com um fluxo de visitantes motivados pelo principal atrativo turístico daquela região, o Salto São Francisco.

5.2 INSTRUMENTO

A Escala de Comportamento Ecológico aplicado foi proposta pela psicóloga Cláudia Márcia Lyra Pato para no Brasil (PATO, 2006), este instrumento propõe medir comportamentos ecológicos a partir das respostas dos indivíduos participantes.

As investigações sobre o comportamento ecológico podem ser de auto-relato ou observação, ambos os tipos de investigação. A dificuldade de estudo do

comportamento ecológico pela observação direta na vida cotidiana de cidadãos comuns justifica a forma de pesquisa.

As escalas tomadas pela escala Likert de 5 pontos, sendo: 1 nunca, 2 quase nunca, 3 as vezes, 4 quase sempre e 5 sempre. O preenchimento das assertivas preenchidas pelos participantes deveriam representar situações descritas que representavam o comportamento habitual. Pela frequência no seu cotidiano nas situações de avaliação apresentadas, os indivíduos e seus respectivos traços e correlações com mais proximidade da realidade são determinadas.

As informações pessoais sobre os indivíduos pesquisados procuraram determinar alguns aspectos da amostra como: faixa etária; sexo; tempo de escolaridade; tempo de residência naquele local; atividade exercida; e quantidade de moradores na residência.

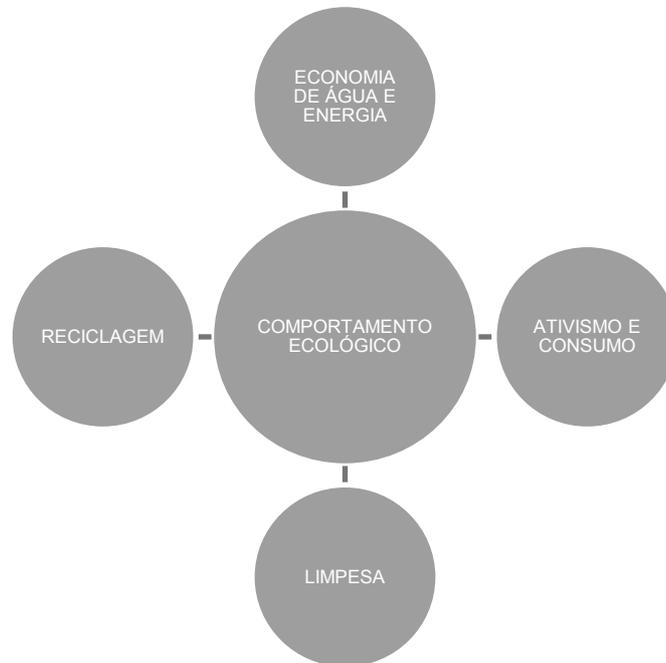
O questionário conta com quatro fatores distintos para observação do Comportamento Ecológico. Economia de água e energia: Evito o desperdício de energia; Apago a luz quando saio de ambientes vazios; Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados; Quando possível economizo água; Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo a ela; Deixo a torneira aberta durante todo o tempo do banho; Quando estou tomando banho fecho a torneiro para me ensaboar; Evito desperdício dos recursos naturais; Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta muito tempo, para não gastar energia; e, quando tenho vontade de comer alguma coisa que não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro.

Ativismo e consumo: Participo de atividade que cuidam do meio ambiente; Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente; Evito comprar produtos que são feitos de plástico; Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos; Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental; Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente; Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas; Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos).

Limpeza: Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto; Evito jogar papel no chão; Quando não encontro lixeiras por perto, jogo latas vazias no chão; Ajudo a manter as ruas limpas;

Colaboro com a preservação da cidade onde vivo.

Reciclagem: Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa; Separo o lixo conforme seu tipo; Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira.



O primeiro fator referente ao consumo propõe uma evidência quanto à preocupação com o meio ambiente e a saúde do consumir ao optar por produtos sem agrotóxicos e conservantes. Conta com sete itens.

O segundo fator, o de limpeza, agrupa cinco itens, refere à manutenção do meio ambiente.

O terceiro fator, a economia, é constituído por oito itens focados no desperdício de água e energia.

O quarto fator que trata do ativismo conta com quatro itens e engendra os aspectos relacionados ao protesto quanto às questões ambientais e ecológicas e a consciência sobre a importância de se preservar a natureza e combater a poluição ambiental.

A média fatorial entre os quatro fatores específicos: consumo, limpeza, economia e ativismo determinam o Comportamento Ecológico.

5.3 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, foi aplicado o questionário para aos turistas que visitavam o Salto São Francisco. Os entrevistados, individuais ou em grupos de no máximo três pessoas, preenchem as lacunas propostas. Quando houve necessidade, o pesquisador deu alguns esclarecimentos de forma a interferir o mínimo possível no preenchimento do questionário. O tempo médio de finalização da entrevista foi de 10 minutos por participante.

Posteriormente, foi realizada a aplicação do questionário a comunidade nas residências dos entrevistados. De forma individual ou em grupo de no máximo três pessoas, o entrevistador, quando necessário, prestou alguns esclarecimentos sobre as perguntas com cuidado para não influenciar nas respostas. O tempo médio de respostas foi de 5 minutos por participante.

Não houve necessidade de identificação dos respondentes. Para aplicação do questionário para ambos os grupos, turistas e comunidade, o pesquisador lia, calmamente, cada pergunta e, quando houvesse necessidade, era repetia a assertiva. Para os que foram entrevistados em grupo, não foi permitido observação das respostas entre eles.

A abordagem do entrevistador se deu diretamente numa conversa oral: identificação do entrevistador, da instituição de ensino e do programa, em seguida, enfatizado o propósito da pesquisa científica. Não havia obrigatoriedade de responder o questionário, os que aderiram em participar, aceitaram de forma espontânea, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A comunidade pesquisada foi obtida nas residências, pequenos comércios, na rua e no próprio atrativo turístico. Os turistas foram abordados no Parque no momento das visitas.

5.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados levantados foram analisados com subsídio do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 18.0. A análise descritiva não paramétrica serviu para analisar as diferenças significativas entre os grupos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da tabulação dos questionários obtidos pelo *software* estatístico SPSS Versão 18.0, foi possível determinar os dados estatísticos do estudo. A pesquisa foi aplicada para um total de 40 pessoas, sendo, 20 indivíduos moradores das comunidades, divididos em dois grupos onde, um deles tinha como principal atividade econômica uma relação com a atividade turística. Assim como, guardas parque, responsáveis por pequenos comércios de suvenires, lanchonete e/ou camping que contabilizaram 4 indivíduos. Desta forma, os demais entrevistados não possuíam a renda econômica familiar baseada no turismo.

Participam da pesquisa 20 turistas que visitaram o local no momento da aplicação do questionário. As entrevistas foram realizadas durante sete finais de semana do final do semestre de 2014 e início do de 2015, totalizando 14 dias. Todas as entrevistas foram aplicadas, tanto para comunidades quanto para os turistas, pelo autor do presente estudo.

A média da idade dos entrevistados das comunidades foi de 31,1, valor máximo foi de 56 e mínimo de 18. Já os turistas obtiveram a média de 28,3, valor máximo de 58 e mínimo de 18.

Observa-se na tabela 1 que dos 40 respondentes, representando 100% da amostra, 50% são indivíduos moradores das comunidades próximos ao atrativo turístico e 50% de turistas que visitavam o local. Quanto ao gênero ocorreu um predomínio do sexo masculino representando 60% do total, ou 24 pessoas, enquanto que, o sexo masculino representou 40% da amostra, ou seja, 16 pessoas. De cada grupo, foi observado um número de 8 mulheres e 12 homens.

VARIÁVEIS	TOTAL (N=40)	FREQUÊNCIA
Amostra	(%)	
Comunidade	50	20
Turista	50	20
Gênero		
Masculino	60	24
Feminino	40	16
Foi à escola		
Sim	100	40

Tabela 1 – Caracterização dos respondentes da pesquisa.

A tabela 2 apresenta a questão que refere a principal atividade econômica do entrevistado. Procurou observar se o trabalho do respondente, morador das comunidades pesquisadas, está relacionado, de alguma forma, à atividade turística. Afim de, determinar uma disparidade entre o comportamento ecológico de ambos. Assim, (20%) dos indivíduos pesquisados, ou seja, quatro pessoas afirmaram que sim e (80%) que não, correspondendo a 16 pessoas.

VARIÁVEIS	COMUNIDADE (%)	FREQUÊNCIA (n=20)
Principal atividade econômica está relacionada à atividade turística?		
Sim	20	4
Não	80	16

Tabela 2 – Principal atividade econômica familiar relacionada ao turismo.

O tempo de escolaridade dos respondentes, caracterizado por anos completos de escolaridade, teve uma média de 10,58, mediana de 11,00, moda 11, desvio padrão 2,809 e variância de 7,892 sendo, um mínimo de 4 e um máximo de 18 anos completos de estudo. A média de escolaridade dos pesquisados da comunidade foi de 9,6 e dos turistas de 11,7 anos completos.

Quanto ao tempo de residência dos moradores nas comunidades pesquisadas, observa-se na tabela 3, que a média obtida foi de 21,4 anos. O habitante respondente da pesquisa que há mais tempo mora na comunidade é de 52 anos, já o mais recente é de 2 anos.

	COMUNIDADE: TOTAL (N=20)
Média	21,4
Máximo	52
Mínimo	2

Tabela 3 - Tempo de residência na comunidade.

Na tabela 4 é possível observar que a média de habitantes por residência dos entrevistados é de 4,2, a moda de 3, o valor mínimo de 1 e máximo de 8.

NÚMERO DE HABITANTES POR RESIDÊNCIA NA COMUNIDADE	N=20
Média	4,20
Moda	3
Mínimo	1
Máximo	8

Tabela 4 - Número de moradores nas residências das comunidades.

A tabela 5 apresenta as assertivas que correspondem ao fator de economia de água e energia, os dados demonstraram que os turistas apresentaram um comportamento ecológico mais responsável que as comunidades observadas. Turistas apresentaram uma média de 3,18. Já a comunidade um valor da média de 3,34.

Quanto ao evitar o desperdício de energia, os turistas apresentam uma média de 3,25. As comunidades apresentaram uma média de 3,42. Embora ambos os grupos se mostrar ter um comportamento pró-ecológico, os turistas possuem um comportamento ecológico mais responsável que as comunidades observadas.

Na assertiva pertinente ao apagar as luzes ao sair de ambientes vazios, tanto turistas quanto comunidades se demonstraram dentro dos parâmetros da ECE. Os turistas com média de 3,65 são mais responsáveis que a comunidade, 3,42.

Também, na assertiva correspondente a deixar as luzes acesas em ambientes não usados, as comunidades tiveram uma média de 2,65, o que demonstra que nenhum dos grupos possui um comportamento pró-ecológico neste quesito.

Na assertiva que trata da economia de água, ambos os grupos pesquisados aparecem como fora dos padrões estabelecidos pela ECE. A média de 3,95 das comunidades e média de 4 dos turistas. Desta forma, ambos os grupos obtiveram valores satisfatórios em relação à adequação a ECE.

Os dados levantados sobre deixar a televisão ligada sem que ninguém esteja assistindo, tanto turistas quanto comunidades apresentaram um comportamento ecológico pró neste quesito. Os turistas apresentaram uma média

de 2,25 e as comunidades uma média de 2,3. Mesmo assim, a comunidade possui um comportamento mais responsável que os turistas.

Quanto a fechar a torneira ao se ensaboar no momento do banho, os turistas exibem uma média de 1,6 e as comunidades uma média de 3,15. Com isto, é foi determinado um comportamento pró- ecológico da comunidade, ao contrário da responsabilidade ecológica no comportamento dos turistas.

No tocante a evitar desperdício dos recursos naturais os turistas alcançaram uma média de 4,25 e as comunidades 3,6. Desta forma, os turistas tem um comportamento ecológico mais responsável que as comunidades em estudo.

Na assertiva que trata de abrir a geladeira sabendo o que vai ser pego, para evitar o desperdício de energia, os turistas obtiveram uma média de 3,6 e 3,9 das comunidades autóctones. Assim, os turistas apresentam um comportamento ecológico menos responsável que a comunidade, no entanto, ambos os grupos apresentam um comportamento pró-ecológico.

Quando observada a assertiva referente à quando se tem vontade de comer alguma coisa que e não sebe o que é, abre-se a geladeira e leva um tempo olhando o que tem dentro, os turistas apresentaram uma média de 2,45 e as comunidades uma média de 3,45. Caracterizando a comunidade como tendo, neste quesito, um comportamento ecológico menos responsável que turistas.

ASSERTIVAS	N	MÉDIA
Evito o desperdício de energia.		
Turistas	20	4,25
Comunidades	20	3,6
Apago a luz quando saio de ambientes vazios.		
Turistas	20	3,65
Comunidades	20	3,42
Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados.		
Turistas	20	2,7
Comunidades	20	2,65
Quando possível, economizo água.		
Turistas	20	3,95
Comunidades	20	4
Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo.		
Turistas	20	2,25
Comunidades	20	2,3
Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar.		

Turistas	20	1,6
Comunidades	20	3,15
Evito desperdício dos recursos naturais.		
Turistas	20	4,25
Comunidades	20	3,6
Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta por muito tempo, para não gastar energia.		
Turistas	20	3,6
Comunidades	20	3,9
Quando tenho vontade de comer alguma coisa que não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro.		
Turistas	20	2,45
Comunidades	20	3,45

Tabela 5 – Fator economia de água e energia (Turistas e Comunidades).

A tabela 6 apresenta as assertivas que correspondem ao fator de ativismo e consumo, os dados evidenciam que os turistas demonstraram um comportamento ecológico mais responsável que as comunidades observadas. Turistas apresentaram uma média de 2,40 e a comunidade de 2,65.

Quanto ao participar de atividades que cuidam do meio ambiente os turistas apresentaram uma média de 1,80, já as comunidades apresentam uma média de 3,25, assim, os turistas ficam fora dos parâmetros de responsabilidade da escala de comportamento ecológico, diferente das comunidades que parecem participar de tal atividade.

Na assertiva pertinente participação em manifestações públicas para defender o meio ambiente, tanto turistas quanto comunidades se demonstraram fora do parâmetro da ECE, embora os turistas tenham uma média de 1,65 e a comunidade uma média de 3,30. Da mesma forma, a comunidade parece participar mais de tais manifestações.

Também, conforme a ECE os turistas apresentam uma média de 2,3 e as comunidades uma média de 2. Na assertiva correspondente a se evitar comprar produtos feitos de plástico ambos apresentam um comportamento ecológico insatisfatório.

No que se trata da mobilização de pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos, a média dos turistas foi de 3,3 e das comunidades uma média de 3. Fora dos padrões para considerar pró-ecológico o comportamento de ambos os grupos.

Os dados levantados sobre a realização de trabalhos voluntários para grupos ambientais, tanto turistas quanto comunidades não apresentaram um comportamento ecológico pró neste quesito. Os turistas obtiveram um valor da média de 1,25 e das comunidades uma média de 1,65. Determinando, assim, uma baixa participação de ambos para a realização de trabalhos voluntários para tais grupos.

Na assertiva que corresponde a evitar usar produtos fabricados por uma empresa mesmo quando se sabe que a mesma polui o meio ambiente, os turistas obtiveram um valor médio de 2,75 e das comunidades uma média de 2,3. Ambos pesquisados não apresentam um comportamento ecológico para este quesito.

No tocante a se falar sobre a importância do meio ambiente a os turistas obtiveram uma média de 3,4 e as comunidades uma média de 3. Não sendo característica de um comportamento pró-ecológico na com base na ECE.

Quando observada a assertiva: evito comer alimentos que contenham produtos químicos (Conservantes ou agrotóxicos), os turistas apresentaram um uma média de 2,8 e as comunidades uma média de 2,9.

ASSERTIVAS	N	MÉDIA
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente.		
Turistas	20	1,8
Comunidades	20	3,25
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente.		
Turistas	20	1,65
Comunidades	20	3,3
Evito comprar produtos que são feitos de plástico.		
Turistas	20	2,3
Comunidades	20	2
Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos.		
Turistas	20	3,3
Comunidades	20	3
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental.		
Turistas	20	1,25
Comunidades	20	1,65
Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente.		

Turistas	20	2,75
Comunidades	20	2,3
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas.		
Turistas	20	3,4
Comunidades	20	3
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (Conservantes ou agrotóxicos).		
Turistas	20	2,8
Comunidades	20	2,7

Tabela 6 – Fator ativismo e consumo (Turistas e Comunidades).

Conforme a tabela 7, que atribui os dados do fator limpeza, os turistas apresentaram um comportamento pró-ecológico mais responsável com relação às comunidades. Turistas apresentaram uma média de 3,21 e a comunidade de 3,75.

Quanto ao guardar papéis que não se quer mais no bolso quando não se encontra uma lixeira, os turistas apresentaram uma média de 4,8. Já as comunidades apresentam uma média de 4,2, assim, fora dos parâmetros de responsabilidade da escala de comportamental estudada.

Na assertiva relacionada a evitar jogar lixo no chão, os turistas se demonstraram ter um comportamento pró-ecológico, com média de 4,6, dentro do parâmetro da ECE. No entanto a comunidade apresentou uma média de 3,9. Ambos responsáveis ecologicamente com referência a seus comportamentos.

Conforme a assertiva correspondente a jogar latas no chão quando não encontrar lixeiras por perto, os turistas obtiveram uma média de 1,3 e as comunidades uma média de 2,6. Desta forma, neste quesito, ao contrário do comportamento da comunidade, os turistas apresentaram maior responsabilidade ecológica.

Os dados levantados sobre a colaboração com a limpeza das ruas, tanto turistas apresentaram uma média de 3,65 e das comunidades a média de 4,05. Ambos com comportamento pró-ecológico, no entanto as comunidades parecem ser mais responsáveis.

Na assertiva que refere a colaborar com a preservação da cidade onde vivo, os turistas apresentaram uma média de 3,7, as comunidades uma média de 4. Ambos ecologicamente responsáveis quanto a ECE.

ASSERTIVAS	N	MÉDIA
Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto.		
Turistas	20	4,8
Comunidades	20	4,2
Evito jogar papel no chão.		
Turistas	20	4,6
Comunidades	20	3,9
Quando não encontro uma lixeira por perto, joga latas vazias no chão.		
Turistas	20	1,3
Comunidades	20	2,6
Ajudo a manter as ruas limpas.		
Turistas	20	3,65
Comunidades	20	4,05
Colaboro com a preservação da cidade onde vivo.		
Turistas	20	3,7
Comunidades	20	4

Tabela 7 – Fator limpeza (Turistas e Comunidades).

Conforme a tabela 8, que confere aos dados do fator reciclagem os turistas que apresentaram uma média de 3,13 e a comunidade de 2,78.

Na assertiva correspondente a se providenciar lixeiras específicas para cada tipo de lixo nas próprias residências, os turistas apresentaram um média de 3,5 e as comunidades uma média de 2,1.

Quanto à de separar lixo conforme seu tipo, os turistas obtiveram uma média de 3,35 e as comunidades de uma média de 2,1.

No que refere à assertiva que considera jogar todo tipo de lixo em qualquer lixeira, os turistas apresentaram uma média de 2,55 e as comunidades uma média de 4,15. Estes valores sugeriram que os turistas tenham um comportamento pró-ecológico ao contrário do comportamento das comunidades observadas em referência a ECE.

ASSERTIVAS	N	MÉDIA
Providencie uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa.		
Turistas	20	3,50
Comunidades	20	2,10
Separo lixo conforme seu tipo.		
Turistas	20	3,35
Comunidades	20	2,10

Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira.		
Turistas	20	2,55
Comunidades	20	4,15

Tabela 8 – Fator reciclagem (Turistas e Comunidades)

Na observação do grupo que refere às comunidades, esta é dividida em dois grupos distinguidos pelo envolvimento com o turismo a sua principal atividade econômica exercida. Neste sentido, 20% disseram que sim, seus trabalhos estão relacionados à atividade turística, totalizando 4 pessoas. Já os que responderam não, que não possuem ligação com o turismo no que referem a suas rendas econômicas familiares, estes somam 16 pessoas representando 80% da amostra.

Na tabela 9 é possível observar as assertivas correspondentes ao fator de economia de água e energia. No tocante as respostas dadas pelas comunidades, os dados demonstraram que os indivíduos que exerçam atividades econômicas embargadas no turismo evidenciam um comportamento ecológico mais responsável que os que não tenham esta característica.

Desta forma, na assertiva referente a evitar o desperdício de energia, ambos abstiveram o valor da média de 4, assim, podendo se considerar ecologicamente responsáveis neste quesito.

Na assertiva que refere ao apagar as luzes ao sair de ambientes vazios, ambas os grupos se demonstraram fora do parâmetro da ECE, sendo que, os respondentes que não, apresentam uma média de 4 os respondentes sim e 3,5 os respondentes não, ambos demonstram um comportamento ecológico responsável.

Na assertiva correspondente a deixar as luzes acesas em ambientes não usados, obtiveram uma média de 2,25 os sim e 2,75 os que responderam não. Também pode ser considerado, então, que ambos os grupos não apresentam um comportamento ecológico responsável neste quesito.

No que trata da economia de água quando se há possibilidade, ambos obtiveram uma média de 4, sendo que ambos demonstraram ter um comportamento ecológico pró neste ponto.

Quanto a deixar a televisão ligada sem que ninguém esteja assistindo e os indivíduos que responderam sim obtiveram uma média de 2 e os que responderam não obtiveram uma média de 2,38. Assim ambos demonstraram ter

um comportamento ecológico não adequado ao que se refere aos problemas contemporâneos neste quesito.

No tocante a fechar a torneira ao me ensaboar no banho, os respondentes que sim apresentaram médias de 3,75 para os que responderam sim e 3 os que responderam não, ambos apresentam um comportamento ecológico não responsável neste quesito.

Na assertiva que corresponde a evitar o desperdício dos recursos naturais, as médias foram de 3,75 os respondente sim e de 3,44 os respondentes não. Desta forma, ambos demonstraram um comportamento ecológico pró.

Na assertiva que se refere ao abrir a geladeira já saber o que irá pegar evitando ficar com a porta aberta por muito tempo, para não gastar energia, os que responderam sim obtiveram uma média de 4,5 e os respondentes sim demonstraram ter um comportamento ecológico mais responsável que os que responderam não ter a atividade econômica pautada no turismo com média de 3,75.

Na assertiva referente à quando se tem vontade de comer alguma coisa que não se sabe o que é, abre a geladeira e fica olhando o que tem dentro, os que responderam sim apresentaram a média de 2,25 os respondentes sim e 3,75 os não. Assim, os participantes que responderam sim possuem um comportamento ecológico pró em comparação com o outro grupo.

Desta forma, neste quesito os indivíduos da comunidade que trabalham com a atividade turística demonstraram um comportamento ecológico mais responsável que os que não exercem atividade econômica baseada no turismo.

PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA PAUTADA NA ATIVIDADE TURÍSTICA (SIM-NÃO)	N	MÉDIA
Evito o desperdício de energia. Sim Não	4 16	4 4
Apago a luz quando saio de ambientes vazios. Sim Não	4 15	4 3,27
Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados. Sim Não	4 16	2,25 2,75
Quando possível, economizo água. Sim Não	4 16	4 4

Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo.		
Sim	4	2
Não	16	2,38
Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar.		
Sim	4	3,75
Não	16	3
Evito desperdício dos recursos naturais.		
Sim	4	3,75
Não	16	3,44
Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta por muito tempo, para não gastar energia.		
Sim	4	4,5
Não	16	3,75
Quando tenho vontade de comer alguma coisa que não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro.		
Sim	4	2,25
Não	16	3,75

Tabela 9 – Fator economia de água e energia (Trabalho e Turismo).

A tabela 10 apresenta as assertivas que correspondem ao fator de ativismo e consumo. Desta forma, o comportamento ecológico dos respondentes que afirmaram ter a principal atividade econômica uma reação com o turismo obtiveram uma média de 2,62 e os que responderam não uma média de 2,76.

No que refere a participação em atividades que cuidam do meio ambiente, respondentes que possuem atividade remunerada apoiada no turismo apresentam média de 2,75, já os que responderam não apresentaram média de 3,38.

Quanto à participação em manifestações públicas para defender o meio ambiente, os que responderam sim demonstraram uma média de 2 e os que responderam não uma média de 3,63.

A assertiva correspondente a evitar comprar produtos feitos de plástico, a média foi de 2,25 para os que responderam sim, e para os que responderam não a média foi de 3,63.

Na assertiva que trata da mobilização de pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos, os que têm seu trabalho pautado na atividade turística foram que obtiveram uma média de 2,5 e média de 1,94 os que não têm a atividade econômica apoiada no turismo. Assim, nenhum

destes grupos observados apresentou um comportamento pró-ecológico neste quesito.

Quanto à realização de trabalhos voluntários para grupos ambientais, os que responderam sim apresentam uma média de 1,5 e os que responderam não a média ficou em 3,13. Desta forma, a os indivíduos das comunidades observadas que não trabalham com o turismo demonstraram ter maior participação neste quesito, assim, possuindo um comportamento ecológico responsável ao comparar com o outro grupo tendo como referência a ECE.

A assertiva que corresponde a evitar usar produtos fabricados por uma empresa mesmo quando se sabe que a mesma polui o meio ambiente, a média de 3 de indivíduos que tenham atividade econômica ligada ao turismo. Já, os que responderam não, apresentaram uma média de 1,69. Portanto, os respondentes sim apresentaram ter um comportamento pró-ecológico mais responsável que os que responderam não ter seus trabalhos envolvendo a atividade turística.

No quesito que trata de falar sobre a importância do meio ambiente, os respondentes sim apresentaram uma média de 3,75 e os que responderam não uma média de 2,13, caracterizando o comportamento pró-ecológico responsável dos que responderam sim.

Na assertiva: Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (Conservantes ou agrotóxicos), os respondentes que sim apresentaram uma média de 3,25, e os que responderam não uma média de 2,56.

PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA PAUTADA NA ATIVIDADE TURÍSTICA (SIM-NÃO)	N	MÉDIA
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente		
Sim	4	2,75
Não	16	3,38
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente		
Sim	4	2
Não	16	3,63
Evito comprar produtos que são feitos de plástico		
Sim	4	2,25
Não	16	3,63
Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos		
Sim	4	2,5

Não	16	1,94
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental		
Sim	4	1,5
Não	16	3,13
Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente		
Sim	4	3
Não	16	1,69
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas		
Sim	4	3,75
Não	16	2,13
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (Conservantes ou agrotóxicos)		
Sim	4	3,25
Não	16	2,56

Tabela 10 – Fator ativismo e consumo (Trabalho e Turismo).

Conforme a tabela 11, que atribui os dados do fator limpeza, os indivíduos que possuem a atividade econômica pautada no turismo apresentaram um comportamento pró-ecológico mais responsável. A uma média de 4,93 os que trabalham com o turismo e os que não trabalham com o turismo de 3,81.

No que refere a guardar os papeis que não se quer mais no bolso quando não se encontra uma lixeira, todos os indivíduos que trabalham no turismo afirmaram agir de forma pró-ecológica. Já os moradores das comunidades que não trabalham com turismo apresentaram uma média de 4. Indicando, desta forma que, quase sempre os papeis, quando não se os quer mais, são jogados no chão, pelos indivíduos entrevistados que não trabalham com turismo, fora dos parâmetros de comportamento ecológico da ECE.

No que refere ao comportamento de evitar-se jogar lixo no chão, todos os respondentes sim afirmaram agir de forma pró-ecológica. Já os entrevistados que não trabalham na atividade turística apresentaram média de 3,6.

Na assertiva correspondente a jogar latas no chão quando não encontrar lixeiras por perto, os pesquisados que trabalham de alguma forma com o turismo, apresentaram média de 1,75 e o outro grupo uma média de 2,81.

No quesito colaboração com a limpeza das ruas, todos os pesquisados que trabalham de alguma forma com o turismo, apresentaram um comportamento

pró-ecológico. No entanto, o outro grupo, que não trabalha com o turismo, obteve uma média de 3,81.

Sobre colaborar com a preservação da cidade onde vivo, os turistas apresentaram uma média de 4,75 e os que responderam não uma média de 3,81.

PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA PAUTADA NA ATIVIDADE TURÍSTICA (SIM-NÃO)	N	MÉDIA
Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto		
Sim	4	5
Não	16	4
Evito jogar papel no chão		
Sim	4	5
Não	16	3,63
Quando não encontro uma lixeira por perto, jogo latas vazias no chão		
Sim	4	1,75
Não	16	2,81
Ajudo a manter as ruas limpas		
Sim	4	5
Não	16	3,81
Colaboro com a preservação da cidade onde vivo		
Sim	4	4,75
Não	16	3,81

Tabela 11 – Fator limpeza pela comunidade (Trabalho e Turismo).

Conforme a tabela 12 que confere os dados do fator reciclagem onde o fator da ECE corresponde. Turistas apresentaram uma média de 3,13 e a comunidade de 2,78.

Na assertiva correspondente a providenciar lixeiras específicas para cada tipo de lixo nas próprias residências, os indivíduos que trabalham com o turismo apresentaram uma média de 4 e os que não média de 1,63. Desta forma, os indivíduos das comunidades observadas que tenham relação de trabalho com o turismo apresentam um comportamento pró-ecológico.

Quanto a separar lixo conforme seu tipo, os respondentes sim obtiveram uma média de 3,2, os que afirmaram não ter seus trabalhos envolvidos na área do turismo, atingiram média de 1,81. Assim, os respondentes sim apresentaram um comportamento ecológico responsável, ao contrário do grupo que respondeu não trabalhar de forma alguma com o turismo.

No que refere à assertiva que considera jogar todo tipo de lixo em qualquer lixeira, os que trabalham com turismo apresentaram uma média de 2,5, já o outro grupo uma média de 4,56. Portanto, apenas os pesquisados que trabalham na atividade turística, neste quesito, demonstram possuir um comportamento pró-ecológico.

PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA PAUTADA NA ATIVIDADE TURÍSTICA (SIM-NÃO)	N	MÉDIA
Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa		
Sim	4	4
Não	16	1,63
Separo lixo conforme seu tipo		
Sim	4	3,25
Não	16	1,81
Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira		
Sim	4	2,5
Não	16	4,56

Tabela 12 – Fator reciclagem (Trabalho e Turismo).

No fator Economia de água que conta com 9 assertivas sendo, 6 delas correspondendo a, quanto maior o valor médio das respostas, mais positiva afirmação de comportamento pró-ecológico (Evito o desperdício de energia; Apago a luz quando saio de ambientes vazios; Quando possível, economizo água; Quando estou tomando banho fecho a torneira para me ensaboar; Evito desperdício dos recursos naturais; Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta por muito tempo, para não gastar energia), os turistas obtiveram uma média de 3,55 e as comunidades 3,65. No que refere a trabalhar com turismo, as comunidades apresentaram médias de 4 os que responderam sim e 3,57 os que responderam não. Já, nas 3 assertivas (Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados; Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo; Quando tenho vontade de comer alguma coisa que não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro) que correspondem a quanto menor o valor médio das respostas maior é o grau de responsabilidade do comportamento ecológico, os turistas apresentaram uma média de 2,46, e as comunidades 2,8. Os que trabalham no setor do turismo mostram-se com médias de 2,1 e os que não 2,96.

No fator ativismo e consumo, todas as 8 assertivas indicam que, quanto maior o valor das médias das respostas, mais responsável o comportamento ecológico. Neste sentido, os turistas apresentaram uma média de 2,4 e as comunidades 2,65. Já, os indivíduos das comunidades que trabalham com a atividade turística apresentaram uma média de 2,62 e os que não trabalham com turismo 2,8.

No fator limpeza, das cinco assertivas quatro delas correspondem a quanto maior valor das médias das respostas (Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto; Evito jogar papel no chão; Ajudo a manter as ruas limpas; Colaboro com a preservação da cidade onde vivo) maior é o comprometimento dos indivíduos quanto à responsabilidade ecológica. Assim, os turistas apresentaram uma média de 4,8 e comunidades 4,03. Os integrantes das comunidades observadas que trabalham com o turismo obtiveram uma média de 4,93 e os suas atividades econômicas não tem relação com turismo obtiveram uma média de 3,81. Na assertiva (Quando não encontro lixeiras por perto, jogo latas vazias no chão) que corresponde a um valor das respostas baixo norteia para o comportamento ecológico, os turistas tiveram média de 1,3 e as comunidades 2,6. Os que trabalham com o turismo 1,75 e os que não 2,81.

No fator reciclagem que conta com três assertivas sendo, duas delas (Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa; Separo lixo conforme seu tipo) indicam que quanto maior o valor médio das respostas mais responsável ecologicamente é o comportamento do respondente. Desta forma, os turistas obtiveram uma média de 3,42 e as comunidades 2,1. Os que trabalham no setor do turismo obtiveram uma média de 3,62 e os que não 1,72. Uma destas assertivas (Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira) correspondem a um valor baixo para determinar um comportamento ecológico. Neste quesito os turistas apresentaram uma média de 2,55 e as comunidades 4,15, os que trabalham no turismo 2,5 e os que não trabalham neste setor 4,56.

Na tabela 13 são apresentados os resultados das médias das assertivas que corresponde aos valores altos como determinantes do comportamento pró-ecológico. A média da união dos fatores corresponde a (3,54) dos turistas, (3,1) das comunidades, das comunidades que trabalham com o turismo é de (3,74) e dos que não trabalham neste setor de (2,95).

FATOR	ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA	ATIVISMO E CONSUMO	LIMPEZA	RECICLAGEM	MÉDIA
Turistas	3,55	2,4	4,8	3,42	3,54
Comunidades	3,65	2,65	4,03	2,1	3,1
Comunidades (1)*	4	2,62	4,93	3,62	3,74
Comunidades (2)**	3,5	2,8	3,81	1,72	2,95

Tabela 13 – Resultado das médias das assertivas com valores altos como determinantes do comportamento pró-ecológico.

* **Comunidades (1) indivíduos que trabalham com o turismo.**

****Comunidades (2) indivíduos que não trabalham com o turismo.**

Na tabela 14 são apresentados os resultados das médias das assertivas que corresponde aos valores baixo como determinantes do comportamento pró-ecológico. A média da união dos fatores corresponde a 2,1 dos turistas, 3,18 das comunidades, das comunidades que trabalham com o turismo é de 2,11 e dos que não trabalham neste setor de 3,44.

FATOR	ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA	ATIVISMO E CONSUMO	LIMPEZA	RECICLAGEM	MÉDIAS
Turistas	2,46	X	1,3	2,55	2,1
Comunidades	2,8	X	2,6	4,15	3,18
Comunidades (1)*	2,1	X	1,75	2,5	2,11
Comunidades (2)**	2,96	X	2,81	4,56	3,44

Tabela 14 – Resultado das médias das assertivas com valores baixos como determinantes do comportamento pró-ecológico.

* **Comunidades (1) indivíduos que trabalham com o turismo.**

****Comunidades (2) indivíduos que não trabalham com o turismo.**

Desta forma, o presente estudo determina que a amostra obtida apresente um comportamento ecológico responsável por parte da comunidade que trabalha com o turismo, seguido dos turistas.

Numa pesquisa que utilizou do mesmo instrumento e observou os comportamentos ecológicos de 109 colaboradores de uma organização do estado

do Rio Grande do Sul, no ano de 2012, que é baseada nos princípios da sustentabilidade, os resultados apontaram para não existência uma rotina nas ações efetivas praticadas pelos participantes deste estudo. Nos quesitos economia de água e energia e no de limpeza urbana, receberam destaque e obtiveram resultados pró-ecológicos mais satisfatórios (BEURON, 2012). Confirmando uma semelhança entre os resultados finais de ambas as pesquisas.

No fator reciclagem, os turistas e a comunidade que trabalha com turismo apresentaram valores que correspondem a comportamento pró-ecológico. Em contradição aos dados pesquisa, no tocante a produção de lixo, os moradores locais dizem se tratar de um problema. Segundo a comunidade, um caminhão de coleta seletiva de lixo do município de Guarapuava passa duas vezes por mês nas comunidades estudadas. Desta forma, os processos de separação de lixo tornam-se inviáveis, já que, a necessidade de um local específico para seu armazenamento seria um empecilho aos moradores. Assim, todo o lixo produzido pela comunidade acaba sendo incinerados nas residências dos moradores. Portanto, não é realizada a separação do lixo pela comunidade autóctone. Cada morador abre valas onde todo o tipo de resíduos sólidos é jogado para posteriormente ser queimado. Da mesma forma, o lixo deixado pelos turistas, comumente, é incinerado.

Pode ser observado, no percurso até o parque, que o lixo como: latas vazias, plásticos e papeis, são abandonadas no chão de forma despreocupada. Desta forma, na estrada principal do atrativo, é possível deparar-se com uma quantidade significativa de lixo. Por não ocorrer o descarte destes materiais em locais propícios para serem reciclados ou reutilizados, estes se mantêm jogados de forma não coerente com a fragilidade ecológica e ambiental da área. O que não ocorre dentro da área do Parque.

O comportamento do cidadão com relação às questões ambientais possui nos resíduos sólidos o elemento fundamental para a sua compreensão, já que, estes estão presentes no cotidiano e na realidade de todas as classes sociais. No passado os resíduos sólidos produzidos nos domicílios eram enterrados nos quintais, atualmente, estes são depositados em sacolas plásticas e destinados a aterros sanitários. (RODRIGUES, 1998). Este comportamento, ainda presente no habitual da comunidade observada, concebe uma realidade de locais onde não ocorre reciclagem, separação de lixo ou aterro sanitário.

Resultados parecidos também foram obtidos na observação de 70 estudantes de um curso de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2013. Neste, foi possível determinar que os comportamentos menos adotados digam respeito a quesitos que tratam da economia de água, também, nos que referem da participação em trabalhos voluntários relacionados ao meio ambiente (ALMEIDA, 2015). Da mesma forma, a presente pesquisa observou que quase não há participação da população estudada em ações que tratam do ativismo relacionado ao consumo ecologicamente responsável.

6.1 CONCLUSÃO

Este estudo teve como principal objetivo realizar uma investigação no que refere ao comportamento de turistas e comunidade local numa unidade de conservação. Atualmente somos bombardeados por informações sobre a falta de água potável e a necessidade do consumo com prudência deste bem tão fundamental para a vida. Esta questão é comumente acompanhada de reflexões quanto à qualidade desta água para o consumo, o desperdício e a poluição, e acompanha discussões sobre o consumo de energia elétrica que, no cenário brasileiro é indispensável para garantir o abastecimento do país. Procurou, inclusive, estudar o comportamento ecológico de indivíduos moradores das comunidades, de forma que tenham sua principal fonte de renda familiar ligada à atividade turística, assim como, os que não têm esta característica.

A relação entre turista e comunidade, quando ocorre, não é conflituosa. Os visitantes são recebidos com orgulho, uma vez que, os nativos demonstram satisfação quanto às características próprias da área e dos seus modos de vida. Nos casos em que as visitas não fortalecem a economia local, o posicionamento da comunidade durante o fluxo de visitantes é de colaboração. Procuram abordar o turista de forma simpática oferecendo-lhes informações sempre que requeridas.

No fator economia de água e energia, a comunidade apresentou um comportamento mais responsável que turistas, da mesma forma, a comunidade que trabalha no setor do turismo apresentou um valor que determina seu comportamento pró-ecológico.

Um dos maiores problemas observados quanto às necessidades dos moradores locais é a qualidade das estradas de rodagem que garantem o

escoamento de produtos oriundos da agricultura, principal fonte de renda daquela população, assim como, o acesso de turistas ao local.

A grande quantidade de lixo produzido não condiz com investimentos para se estabelecer critérios para reciclagem ou outra forma de destino final correto a ele. Comumente, em locais que não contam com a coleta de lixo, como no caso da comunidade em estudo, acabam por ser incinerados ou abandonados em locais impróprios pelo consumidor final. Assim, os problemas gerados por tais comportamentos são catastróficas a saúde do planeta.

Contudo, nota-se a importância do comportamento nas questões que tocam a relação ser humano/natureza, sendo que, a compreensão e tomada de consciência do correto a se fazer na mente do indivíduo não necessariamente irá garantir seu comportamento, uma vez que, inconscientemente seu comportamento estará associado a outras perspectivas, não importando o meio ambiente em que esteja inserido.

Assim, conforme dados levantadas, os resultados obtidos apontam para um comportamento ecológico habitual mais responsável por parte dos turistas em comparação com comunidade e, da mesma forma, de indivíduos que trabalham com a atividade turística em comparação a comunidade observada que não trabalha no setor.

A comunidade que tem o turismo como principal fator econômico familiar foram os que apresentaram ter um comportamento ecológico mais responsável dentre todos que participaram da pesquisa.

A ausência de estudos que abordam o tema: comportamento ecológico entre turistas e comunidade receptora utilizando o instrumento Escala de Comportamento Ecológico, dificultou a realização de comparações no presente estudo. Isto se deve, muito provavelmente, pelo fato do instrumento ser algo recente no Brasil.

Espera-se que os resultados encontrados no presente estudo sirvam de subsidio para realização de mais pesquisas na área abordada. Pois tais conhecimentos são essenciais para a elaboração de políticas públicas que visem o potencial turístico e o desenvolvimento sustentável, vinculados a um comportamento pró-ecológico tanto de turistas como de comunidades autóctones no entorno destas unidades de conservação.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. M.; MADRUGA, L.R.R.G.; LOPES, L.F.D.; IBDAIWI, T.K.R. **Comportamento Ecológico de Alunos de Pós-Graduação de Uma Instituição Pública**. Editora Unijuí, ano 13, nº29, jan./mar., p. 289-310, 2015. Acessado em agosto 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/ricardo/Desktop/Almeida Madruga Lopes Ibdaiwi 2015 Comportamento-ecologico-de-alu 34661.pdf](file:///C:/Users/ricardo/Desktop/Almeida%20Madruga%20Lopes%20Ibdaiwi%202015%20Comportamento-ecologico-de-alu%2034661.pdf)

AVIGHI, C. M. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. P. 165-171.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8º ed. Ática, 2004.

BADIOU, Alain. **Ética**: um ensaio sobre a consciência do mal. Tradução: Antonio Transito e Ari Roitman, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papyrus, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual; tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Ética pós-moderna**. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo, Paulus, 1997.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.

BEURON, T. A.; SCHUCH JÚNIOR, V. F. **Relações entre valores pessoais e os comportamentos ecológicos no contexto da sustentabilidade**. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v3, nº2, p. 6-22, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 4ºed. Campinas: Papyrus, 1996.

BOULLÓN, Roberto C. **Lãs actividades turísticas y recreaciones**: el hombre como protagonista. México: Trillas; 1990.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008 - **Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 26/08/2014.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação, a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg, São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. **Sabedoria Incomum**: conversa com pessoas notáveis. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

CASTRO, O. & FOXALL, G. R. Análise do comportamento do consumidor. In: Rodrigues, J. A. & Ribeiro, M. R. (org.) **Análise do comportamento**: Pesquisa, teoria e aplicação, Arned, 2005, p. 283-253.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**, 13 ed. São Paulo: Ática, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EDUECE, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. B. M. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Editora da UECE – EDUECE, 2005.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CONTI, José Bueno. Ecoturismo: Paisagem e Geografia. In: Rodrigues, Adyr Balastrieri. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto. 2003.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Introdução a geografia do turismo**. 2 Ed. São Paulo: Roca. 2003.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política de desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis. 6° ed. 2009.

Hanna, E. S. & Ribeiro, M. R. Autocontrole: um caso especial de comportamento de escolha. In: Rodrigues, J. A. & Ribeiro, M. R. (orgs.) **Análise do Comportamento**: pesquisa, teoria e aplicação. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 175-185.

HOLANDA, A.B. **Novo Dicionário Aurélio**. Curitiba: Editora: Positivo. 2.212 p., 2004.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Atlas de conservação da Natureza Brasileira**: Unidades Federais. São Paulo: Metalivros, 2004.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA (IAP). Plano de manejo: área de proteção ambiental da Serra da Esperança. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/APA_Serra_da_Esperanca/TextPM_APA.pdf Acessado em: 12/09/2014.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ªed. São Paulo: Aleph, 2009.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5º ed. São Paulo: Perspectiva; 2000.

LICKORISH, J.L. e JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, Maria Lúcia da Costa. (ECO) Turismo em unidades de conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Ecoturismo no Brasil**: Possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS Amália G. de (Org). **Turismo**: impactos socioambientais. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.p.19-25.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de Base Comunitária**. Campinas, Ed. Alínea, 2009.

MOCELLIN, A. D. **A Comunidade**: Da sociologia clássica à sociologia contemporânea. PLURAL, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, 2011. p.105-125.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORIM, Edgar. **A cabeça bem-feita**: Repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: JACOBINA, Eloá. - 8º ed. - Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Rio + 20**: Reflexões sobre geopolítica e ideologia. Espaço e Economia [Online], 2014, postado online no dia 11 Setembro 2014, consultado o 12 Fevereiro 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/854;DOI:10.4000/espacoeconomia.854file:///C:/Users/ricarido/Desktop/espacoeconomia-854-4-rio-20-reflexoes-sobre-geopolitica-e-ideologia.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001

_____. **Turismo Internacional: uma perspectiva global**. Tradução Roberto Cataldo Costa. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PATO, C. M. L.. **Comportamento ecológico**: relações com valores pessoais e crenças ambientais, 2004. 164f. Tese (Doutorado em Psicologia), UnB, Brasília, 2004.

_____; TAMAYO, A. **A escala de comportamento ecológico**: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. *Estudos de Psicologia*, n. 11, p. 289-296, 2006. Acessado em março de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000300006

PIRES, Paulo dos S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Ecoturismo no Brasil**. Campinas, Papyrus, 2003.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do/e no espaço**. São Paulo, SP: Hucitec, 1998.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 7ed, 1997.

_____. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: Joaquim Anécio Almeida; José Marcos Froehlich; Mário Riedl. (Org.). **Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000, v. 1.

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6° Ed. Campinas, Papirus, 2000.

SANTOS, B. S. **Pela mão de alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e impacto ambiental**. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

WWF BASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. (org. Sylvia Mitraud) Brasília: WWF Brasil, 2003. P. 23

APÊNDICE 1 – Questionário de pesquisa

Prezado (a) entrevistado (a):
 O presente questionário é parte de uma Pesquisa Científica para obtenção do título de Mestre pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPIDC) pelo aluno: Ricardo Luis Barby, orientado pelo: Prof. Dr. Cláudio Suzuki. A aplicação desse questionário pretende mensurar o comportamento ecológico de turistas que visitam o Parque São Francisco, assim como, das comunidades próximas ao local nos três municípios, Guarapuava, Prudentópolis e Turvo no Estado do Paraná. É garantido o sigilo dos dados coletados. Assim, os que tenham interesse numa devolutiva de pesquisa devem deixar seus dados para posterior contato.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Em que dia, mês e ano nasceu?	/ / .
2. Qual seu Sexo?	Masculino.....0 () Feminino.....1 ()
4. O(a) Sr(a) foi à escola?	Não.....0 () Sim.....1 ()
5. Quantos anos COMPLETOS de estudo o(a) Sr(a) tem? Por favor, diga-me quantos anos estudou e desconte os anos que repetiu ou parou de estudar.	Anos de escolaridade.....() NS/NR.....()
6. A quanto tempo o(a) Sr(a) reside nesta residência?	Meses ___ ___ Anos ___ ___
7. Qual atividade o(a) Sr(a) exerce?	
8. No total, quantas pessoas que moram nesta residência?	Número de pessoas....._____

As respostas correspondem ao grau de concordância dos entrevistados, numa escala de 10 pontos que representam os valores para as afirmações, sendo, gradativamente, (1) nunca e (10) sempre. Devem ser preenchidas as lacunas com caneta pelo entrevistado ou pelo entrevistador. Devem ser preenchidas todas as lacunas de respostas, somente uma por questão, levando em consideração as práticas individuais do dia-a-dia de cada respondente.

COMPORTAMENTO ECOLÓGICO

AFIRMATIVAS	VALORES				
	1	2	3	4	5
9. Evito o desperdício de energia					
10. Apago a luz quando saio de ambientes vazios					
11. Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados					
12. Quando possível economizo água					
13. Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo					

	1	2	3	4	5
14. Quando estou tomando banho fecho a torneiro para me ensaboar					
15. Evito desperdício dos recursos naturais					
16. Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta muito tempo, para não gastar energia					
17. Quando tenho vontade de comer alguma coisa que não sei o que é, abro a geladeira e fico olhado o que tem dentro					
18. Participo de atividade que cuidam do meio ambiente					
19. Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente					
20. Evito comprar produtos que são feitos de plástico					
21. Mobilizo as pessoas nos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos					
22. Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental					
23. Evito usar produtos fabricados por uma empresa quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente					
24. Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas					
25. Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)					
26. Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto					
27. Evito jogar papel no chão					
28. Quando não encontro lixeiras por perto, jogo latas vazias no chão					
29. Ajudo a manter as ruas limpas					
30. Colaboro com a preservação da cidade onde vivo					
31. Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa					
32. Separo o lixo conforme seu tipo					
Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira					

Tem interesse em receber uma devolutiva de pesquisa? SIM () NÃO ()

Email: _____

Obrigado!

APÊNDICE 2 – Termo de conhecimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Considerando a Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde e as determinações do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO, temos o prazer de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **“Comportamento Ecológico de turistas e comunidade autóctone: o caso do Salto São Francisco-PR”**. O presente estudo é de responsabilidade do Professor Doutor Cláudio Shigueki Suzuki, do Departamento de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGIDC) da Universidade Estadual do Centro Oeste, *Campus* de Iriti.

Esta investigação tem por objetivo investigar o comportamento ecológico de turistas e da comunidade local próximo ao atrativo turístico Parque São Francisco da Boa Esperança. Trata-se do Trabalho de Conclusão do Mestrado pelo acadêmico Ricardo Luis Barby.

A metodologia do estudo compreenderá na aplicação de um questionário.

Será garantido o sigilo das informações obtidas, bem como o anonimato dos participantes do estudo. Além disso, as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Em função do risco de constrangimento no decorrer da aplicação do questionário, enquanto participante, você terá a opção de desistência em qualquer etapa da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização. A sua colaboração torna-se imprescindível para o alcance do objetivo proposto.

O Professor Dr. Cláudio Shigueki Suzuki se coloca a disposição para prestar qualquer esclarecimento pessoalmente ou por telefone (42) 9953-5281 e e-mail: acosuzuki@hotmail.com.

De acordo com o esclarecido, eu _____
 aceito a participar da pesquisa **“Comportamento Ecológico de turistas e comunidade autóctone: o caso do Salto São Francisco-PR”**, estando devidamente informado sobre a natureza da pesquisa, objetivos propostos, metodologia empregada e benefícios previstos.

Iriti, _____ de _____ de 2015.

 Entrevistador Ricardo Luis Barby

 Professor Doutor Cláudio Shigueki Suzuki

 Participante